ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

ATA Nº 033 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO
2ª SECRETÁRIA - DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido a nobre Deputada Serys Slhessarenko para assumir a 2ª Secretaria.
(A SRª DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO ASSUME A 2ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, a Srª 2ª Secretária para proceder à leitura da Ata.

(A SRª 2ª SECRETÁRIA PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Ofício nº 52/00, do Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande, encaminhando cópia de Moção de Apoio; e Ofício nº 222/00, do Chefe do 11º Distrito Rodoviário/DNER; Ofícios nºs 30, 35, 36, 37 e 38, da TELEMAT, e nºs 195 e 198, do Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta a Indicações dos Senhores Deputados.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

Quero comunicar aos Srs. Deputados que já se encontram abertas as inscrições para quem quiser participar do Encontro da UNALE, em Gramado, basta procurar a 1ª Secretaria.

O Sr. Rene Barbour - Solicito a palavra, pela Ordem, para um comunicado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, para justificar a ausência do Deputado Nilson Leitão, que foi ontem para Brasília, em companhia do Governador, com uma comissão de madeireiros do Nortão, para, junto ao IBAMA, acertar essa questão do IBAMA com relação à extração de madeira. Então, ele faltou ontem e vai faltar hoje, e eu peço que seja justificada a sua ausência.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Determino ao Serviço de Taquigrafia que registre o motivo das faltas do Deputado Nilson Leitão.

Convido o Deputado Pedro Satélite para assumir a direção dos trabalhos
(O SR. PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:00 HORAS.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

Com a palavra, o nobre Deputado Nico Barakat.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para trazer duas informações na Sessão de hoje.

A primeira, é que nós nos reunimos ontem com o Secretário de Segurança Pública, eu e mais um grupo de empresários da Várzea Grande, pequenos e médios empresários, e discutimos a questão da violência, principalmente com relação à questão dos assaltos às empresas do centro da cidade de Várzea Grande. E está marcada uma reunião com as polícias civil e militar para amanhã, a partir das 17:30 horas, em Várzea Grande, para que nós possamos encontrar um mecanismo para ter mais tranquilidade no comércio da cidade, porque a situação é muito séria, muito grave. Levamos ao conhecimento do Secretário de Segurança Pública, ontem, a preocupação dos empresários, que pedem tranquilidade para que eles possam trabalhar, porque isso está trazendo um prejuízo muito sério. Teve um assalto há alguns dias, um assalto violentíssimo a um comércio no centro da cidade, em que foram agredidos tanto os consumidores quanto os funcionários da empresa. Então, a situação é muito séria e nós levamos ao conhecimento do Secretário e haverá uma discussão amanhã, a partir das 17:30 horas, em Várzea Grande, com as duas polícias a respeito dessa questão da violência, que já tomou conta de todos os setores na cidade de Várzea Grande - a reunião será realizada na Escola de 1º e 2º graus “Couto Magalhães”, no centro da cidade.

Uma outra questão, Sr. Presidente, é que ontem nós fomos convidados pelos empresários que transportam o petróleo, o Sindicato dos Transportadores de Petróleo do Estado de Mato Grosso, para uma discussão na sua sede. E a reação foi muito forte com relação à criação da taxa do “Fundo de Dante” - eu acho que é FETHAB. E há um entendimento e uma discussão dentro daquele Sindicato de que vai haver uma reação muito forte por parte dos transportadores com relação a essa questão...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. NICO BARACAT - ... desse fundo e dessas taxas.

Eu solicito mais um tempo de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Concedo mais um minuto a V.Ex^a.

O SR. NICO BARACAT - Muito obrigado.

E a discussão está em parar o Estado, fechar as bombas de combustível, principalmente de óleo diesel. Eles estão alegando que o lucro é qualquer coisa em torno de cinco centavos, e estão sendo tirados quatro centavos por litro de óleo diesel, com isso o lucro deles baixa para um centavo ou o prejuízo...

Então, há uma ameaça muito séria de parar o Estado de Mato Grosso, de fechar as bombas e isso é uma complicação muito séria para o Estado, porque nós estamos no pique da saída da nossa safra. Isso é muito complicado!

Sr. Presidente, para apresentar um Projeto de Lei e uma Indicação de minha autoria:

1ª) PROJETO DE LEI:

Dispõe sobre a criação de Centro de Apoio, Amparo e Abrigo a Crianças e Adolescentes em situação de desagregação social e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Público obrigado a criar, onde se fizer necessário, Centro de Apoio, Amparo e Abrigo à crianças e adolescentes em situação de risco de desagregação social e vítimas de abuso, violência e exploração sexual.

Art. 2º Os objetivos desta lei consistem ainda na implementação dos seguintes propósitos:

I - desenvolver política social destinada a atender a população infanto-juvenil em situação de desagregação social, colocando-a a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

II - proporcionar atendimento psicossocial e orientação educativa voltada para a ressocialização;

III - oferecer às crianças e adolescentes educação pedagógica compatível com o seu grau de instrução escolar;

IV - oferecer às crianças e adolescentes atividades complementares nas áreas de artes plásticas, prendas domésticas, informática, mecânica, marcenaria, eletrônica, oficinas de corte e costura e outras ocupações afins;

V - dispor às crianças e adolescentes cursos profissionalizantes ministrados através de convênios com entidades públicas e privadas, formadoras de mão-de-obra, com a finalidade de estimular as potencialidades profissionais e produtivas, preparando-as para o mercado de trabalho;

VI - propiciar aprendizagem e estágios profissionais, obedecida a disposição legal cabível, em entidades públicas e privadas, sob a supervisão e acompanhamento por quem de direito;

VII - oferecer amparo à saúde e à nutrição, normas de higiene pessoal e tratamentos médico e dentário;

VIII - propiciar atividades recreativas, esportivas e de lazer;

IX - gerar ações e parcerias com a União, Prefeituras Municipais, entidades públicas e privadas e instituições filantrópicas, sem fins lucrativos;

Art. 3º O produto resultante do trabalho executado pelos adolescentes, decorrente dos propósitos dispostos no Art. 2º, itens IV e V, desta lei, será comercializado em eventos sócio-culturais e comerciais, e em locais de vendas organizados e/ou mantidos pelo Poder Público, desde que assistidos por quem de direito.

§ 1º Metade do valor arrecadado com a venda da produção será depositado em Caderneta de Poupança junto a instituição financeira oficial, em nome do autor do produto comercializado.

§ 2º O valor restante obtido pela comercialização referida no *caput* deste artigo será destinado a auxiliar no custeio e na manutenção das atividades do Centro:

I - o valor resultante da aplicação em Caderneta de Poupança somente poderá ser sacado mediante autorização judicial através de solicitação da coordenação e/ou direção do Centro.

II - tratando-se de menor de idade, obedecida a condição disposta no inciso I deste artigo, poderão sacar o valor resultante da aplicação em Caderneta de Poupança os pais ou o responsável.

Art. 4º Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta lei as crianças e adolescentes permanecerão amparadas e abrigadas, em separado, por sexo e idade, em imóveis com características residenciais, pelo período que se fizer necessário à sua recuperação e readaptação ao convívio social.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Art. 5º Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a abrir, no Orçamento do Estado, crédito especial e específico para o atendimento ao disposto na presente lei, de acordo com os Artigos 41 e seguintes da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º O Poder Executivo Estadual regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Os problemas que envolvem menores de idade sempre foram objeto de preocupação desta Casa de Leis. Acredito que cabe a ela, enquanto centro de ressonância dos problemas da sociedade, solucioná-los e/ou apresentar propostas nesse sentido, atacando, assim, de frente os desajustes sociais.

As questões de abuso e de exploração sexual intra-familiar contra crianças e adolescentes, principalmente do sexo feminino, vêm se tornando, constantemente, objeto de exposição na mídia e de preocupação na sociedade em geral.

Em Mato Grosso, especificamente em Cuiabá, as estatísticas são carentes de informação em relação ao problema da exploração sexual. Com certeza não conseguem demonstrar a realidade. Uma das razões dessa falta generalizada de informação reside no resguardo e segredo familiar. A problemática da violência intra-familiar está envolta em relações complexas, pois os abusadores normalmente são parentes ou pessoas bem próximas às vítimas, vinculando sua ação, ao mesmo tempo, à sedução e à ameaça. O “segredo” e a não-denúncia normalmente estão vinculados à necessidade da “proteção da honra do abusador”, na maioria das vezes para preservar o provedor da família. As vítimas são traumatizadas pelo medo, pela vergonha e por terríveis ameaças dos próprios familiares.

Está mais do que comprovado, através de constantes rebeliões nas Fundações Estaduais de Proteção ao Menor - FEBEMs - que uma das condições ideais de recuperação para os menores internos é a construção de pequenas casas de amparo, onde eles possam ser diferenciados e participar de programas específicos, de acordo com a tipicidade do delito cometido. O nosso Projeto visa a atender uma clientela específica: a dos adolescentes vitimados pelo abuso, violência e exploração sexual, muitas vezes através de acontecimentos verificados dentro da própria convivência familiar ou por incertas amizades.

A resposta, também nesse caso, é a de educar permitindo chances de recuperação e preparo para viver condignamente em sociedade.

Estudiosos do assunto afirmam que o ambiente que reproduz uma imagem de estrutura familiar oferece maiores chances de recuperação. É, pois, preciso que as crianças e adolescentes que se pretende amparar tenham direito de conhecer a dignidade, o respeito e a importância da convivência familiar.

Debater esta questão, buscando definir uma política e o papel do Poder Público e da sociedade, bem como a regionalização e a municipalização das ações voltadas ao atendimento à clientela em situação de risco, é dever do legislador, razão pela qual conclamo meus dignos Pares a darem guarida à aprovação da presente matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2.000.

Deputado NICO BARACAT - PMDB

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Dr. Júlio Müller Neto, a necessidade de contratar profissional médico especialista em Oftalmologia para o Hospital Regional de Sorriso.

Com base no Regimento Interno, artigo 45, inciso II, desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora deste Poder Legislativo, com a devida anuência do soberano Plenário, o encaminhamento deste expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia para o setor auxiliar competente supramencionado - Secretaria de Saúde -, através do qual indico a urgente necessidade de contratação, ou disponibilização, de profissional médico especialista em Oftalmologia para o Hospital Regional de Sorriso, carente dos serviços de um especialista nessa área de atendimento médico-hospitalar.

JUSTIFICATIVA

Proporcionar atendimento médico-hospitalar à população é um dever do Estado, independente da condição socioeconômica do necessitado.

O Hospital Regional de Sorriso, através de consórcio de saúde, disponibiliza atendimento em várias especialidades médicas à população da região, em condições que podem ser consideradas satisfatórias. Entretanto, até o momento ainda não dispõe de profissional médico especialista em oftalmologia, lacuna que acaba redundando em prejuízo para aqueles que necessitam de atendimento nessa área de saúde, principalmente para os pacientes carentes e impossibilitados de ter acesso à rede privada.

Assim, em face da deficiência apontada e da conseqüente necessidade de saná-la, submeto à apreciação dos meus distintos Pares a presente matéria, solicitando o devido apoio à sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2.000.
Deputado NICO BARACAT - PMDB

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, Srª Deputada, Srs. Deputados, imprensa, para apresentar várias proposições de minha autoria:

1ª) REQUERIMENTO: Com fulcro no que dispõe o Art. 262 e alínea "h" do Art. 272 do Regimento Interno desta augusta Casa, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado Requerimento de Informação ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia à Secretaria de Estado de Fazenda, solicitando, num prazo de 30 (trinta) dias, informações sobre a liquidação do BEMAT-Banco do Estado de Mato Grosso, conforme abaixo enumerado:

- 1) Qual a dívida total do Banco do Estado de Mato Grosso-BEMAT;
- 2) quais os critérios adotados para as liquidações dos débitos junto ao BEMAT;
- 3) demonstrativo de todas as transações efetuadas até a presente data, com os valores devidos (em Real) e a efetiva liquidação;
- 4) qual o patrimônio atual do BEMAT (ações, bens móveis e imóveis e outros);
- 5) qual o valor arrecadado com os leilões realizados;
- 6) qual o valor do crédito do Banco do Estado à receber.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.
Deputado MOACIR PIRES - PFL

2ª) PROJETO DE LEI:

Isenta das penalidades previstas na legislação ambiental vigente, responsabilidade por queimadas, proprietários de área rural, quando sua propriedade limitar com rodovias com margem não acerada.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica isento das penalidades previstas na legislação vigente do IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, por responsabilidade de queimadas, o proprietário de área rural, quando sua propriedade limitar com rodovias com margem que não estiverem devidamente aceradas.

Parágrafo único Os proprietários estarão isentos das penalidades prevista na legislação ambiental vigente sempre que ficar comprovado a sua inocência através de laudo técnico, elaborado pelo órgão ambiental competente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A iniciativa de elaborar um projeto desta natureza é no sentido de evitar injustiças a proprietários inocentes, que são responsabilizados pelo fogo em suas propriedades.

É do conhecimento de todos que as rodovias e BRs que cortam o nosso Estado, além de ter péssimas condições de trafegabilidade, não contam com o devido aterramento em suas margens. O mato na margem de uma pista é altamente passível de incêndio, que se transporta com grande facilidade para a área com a qual limita.

Cozinhar nas margens, jogar cigarro aceso ou mesmo a atitude irresponsável daqueles que trafegam pelas nossas estradas, pode desencadear queimadas nas áreas rurais, causando danos irreparáveis ao meio ambiente.

O órgão competente tem condições de aferir a responsabilidade daqueles proprietários que dolosamente ateiam fogo em sua propriedade. Através de um laudo técnico, eles podem comprovar o dolo ou inocência dos proprietários de área rural que limita com estradas, visualizando as condições em que encontram as margens nesses locais.

Não somos absolutamente contra as penalidades àqueles que, por interesses pessoais, causam danos ao nosso ecossistema. Apenas queremos isentar aqueles que são penalizados injustamente. O artigo 41, inciso VI, do decreto nº 3.179, de 21/09/00, prevê penalidade para quem “deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível”. Este inciso se refere a medidas de precaução nas propriedades, ou seja, não compete ao proprietário manter limpas as margens das pistas, isto é responsabilidade administrativa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.
Deputado MOACIR PIRES - PFL

Isso quer dizer, Sr. Presidente, que o Estado tem que fazer a sua parte, ele tem que cobrar, onde houver queimada, multar, mas tem que fazer sua parte de fazer aterro nas rodovias. E com esse Projeto do IMMEQ, que está em tramitação nesta Casa, gostaria que nós pedíssemos - a Bancada

do PFL, juntamente com o PMDB e outras que quiserem - ao Governo que adote a instalação de balanças nas principais rodovias estaduais de escoamento da soja, para que as carretas possam transportar o número exato de toneladas.

Quero dizer também, Srs. Deputados, que ontem nós estivemos na reunião do Sindicato dos Transportadores de Combustível. E sexta-feira, se o Governo não conversar, não atender a classe produtora do Estado e não conversar com a classe transportadora, vai haver um manifesto no Estado, eles vão parar o Estado de Mato Grosso, porque eles entendem que foi um absurdo a maneira como o Projeto de criação do FETHAB entrou nesta Casa e foi aprovado, e eles querem, pelo menos, ser ouvidos em um acordo, como fez Mato Grosso do Sul, onde a categoria foi chamada, a classe foi tratada com o devido respeito.

Portanto, eu quero pedir ao Líder do Governo, ao Líder da Bancada do PSDB que leve essa preocupação ao Sr. Governador do Estado, para que se dê um tratamento de respeito a essa classe produtora que é a do nosso Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) – Apenas para cumprimentar o Deputado Nico Baracat e V. Ex^a, Deputado Moacir Pires, eu quero dizer que realmente essas transportadoras, esses proprietários de depósitos de combustível que procuraram V. Ex^a e o Deputado Nico Baracat, nós concordamos que eles devem estar “berrando”, entre aspas, e por que é que isso acontece? Porque existe em Mato Grosso, e isso é sério, o que vou falar agora, uma “máfia do petróleo”.

Então, se essa “máfia” competir de igual para igual, não vai haver esse choro, porque eles não têm condições de competir. A mesma coisa acontece com a “máfia” na questão de algumas empresas no ramo de autopeças, porque nós recebemos denúncias de que há lavagem de dinheiro com drogas, com alguns empresários no ramo de autopeças, e os que pagam os impostos legalmente não conseguem competir. A mesma coisa está no posto. Não é lavagem de dinheiro, mas é a sonegação fiscal de um ou de outro nessa área que simplesmente monopoliza, e os demais não têm condições de competir.

Eu acho que nós precisamos acolher essas pessoas que estão fazendo certo, que procuraram o Deputado Nico Baracat, que são a grande maioria e que uma minoria está dominando a questão do transporte e a distribuição de combustível no Estado de Mato Grosso.

O Sr. Moacir Pires – Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) – Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Como V. Ex^a se referiu às nossas palavras, às minhas e às do Deputado Nico Baracat, cabe a nós, Assembléia Legislativa, fiscalizarmos, então. A grande preocupação, reclamação, em nossa cidade e até em outros Estados do Brasil, é que foi aberta a CPI dos Postos de Gasolina, porque vem batizando... Na maioria dos postos de combustível em Cuiabá, em Mato Grosso, a gasolina, o nosso combustível está adulterado, vem sendo batizado por outro componente que vem acabando com as injeções eletrônicas, os carburadores e com os veículos que não estão preparados para esse tipo de combustível.

Quer dizer, nós entendemos que ele tem razão de nos cobrar, e nós temos que ter a dignidade, o nosso trabalho é fiscalizar. Então, o próprio Estado, como foi denunciado ontem na Associação, vem perdendo muito com a exportação desse produto químico para a Bolívia, e esse produto nem chega a sair do Brasil, do Estado de Mato Grosso, fazendo com que o nosso Estado perca muitos milhões que deixam de ser arrecadados, em valores, de ICMS.

Outra coisa que eu quero deixar bem clara aqui, à Bancada de Sustentação ao

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Governo, é quanto ao DETRAN. O DETRAN, em 1998, arrecadou mais do que em 1999, e os recursos subiram mais que cem por cento. A coisa lá, Deputado Joaquim Sucena, V. Ex^a que pediu a CPI do DETRAN, tem que instalá-la com urgência e começar a fiscalizar. É só perguntar por que em 1998 arrecadou-se mais do que em 1999, sendo que o IPVA subiu cem por cento em 1999... Fica aqui, então, a nossa palavra. Muito obrigado.

O Sr. Nico Barocat - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Nico Barocat.

O SR. NICO BARACAT - Quero comunicar, Sr. Presidente, que já devolvi a Mensagem nº 07/00, que dispõe sobre alteração da Lei nº 6.402, de 29 de março de 1994, que cria os cargos do IMMEQ-Instituto Mato-grossense de Metrologia e Qualidade Industrial, e dá outras providências. Já está encaminhado e devolvido à Secretaria de Serviços Legislativos.

Sr. Presidente, e ainda para abordar uma outra denúncia muito séria que houve ontem nessa questão do combustível no Estado, que é a transferência de guias de remessa. Os combustíveis estão sendo, como diz o linguajar, "desovados" no Estado de Mato Grosso, com direção à Bolívia. Existe realmente uma "máfia do combustível" atuando em Mato Grosso, e a Assembléia Legislativa tem a obrigação e o dever de fiscalizar e colocar ordem nessa questão, mas tem que ter principalmente o interesse do Governo com relação a isso, porque a impressão que nós temos é que o Governo não está atento a essas questões. Até parece que está conivente. Essa é uma preocupação nossa, que precisa ser debatida, discutida e fiscalizada pelo Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Antes de passar a palavra ao Deputado Hermínio J. Barreto, nós queremos anunciar a presença em nossas galerias dos Vereadores Orlando Vieira, da cidade de Colíder, e Mércio Gomes, uma das grandes Lideranças daquele Município.

Desejamo-lhes boas-vindas e esperamos que se sintam em casa.

Registramos também a presença do Prefeito de Nobres, Sr. Devair - sinte-se em casa!

Com a palavra, o nobre Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, Sr^a Deputada e Srs. Deputados, estou usando a palavra para comunicar que, ontem, nós estivemos em Brasília - eu, o Deputado Alencar Soares e o Deputado Nilson Leitão, para assistir a assinatura de um convênio para a construção de quatro centros de ensino profissionalizantes no Estado de Mato Grosso, chamados CENFOR, e o Secretário Carlão Nascimento também assinou convênio com aquele Ministério, o Ministério da Educação, com o Ministro Paulo Renato, para treinar professores na área do ensino profissionalizante.

Nós achamos interessante, porque foram assinados convênios em todo o País, na ordem de trinta e dois milhões de reais, não só para as diversas Secretarias de Educação dos Estados brasileiros, mas também para diversas organizações não governamentais, como a Igreja Católica, Igrejas Evangélicas, particularmente de São Paulo, onde as Escolas Técnicas Profissionalizantes estão avançando nessa direção.

O ensino público tem avançado na direção da escola profissionalizante, porque realmente o Brasil está precisando gerar empregos, particularmente no Estado de Mato Grosso essas escolas profissionalizantes haverão de chegar no momento certo, porque a economia mato-grossense, que é basicamente da agricultura e da pecuária, precisa de mão-de-obra especializada.

Outro assunto também é que nós representamos a Assembléia Legislativa ontem, no Ministério de Meio Ambiente, onde o Deputado Nilson Leitão ainda continua, hoje, discutindo o meio ambiente, a questão dos madeireiros do Estado de Mato Grosso. Com certeza, uma reunião altamente proveitosa, assistida pelos Deputados Alencar Soares e Nilson Leitão, e com o Governador Dante de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Oliveira à frente, discutindo as questões que trarão benefícios aos empresários da área madeireira e também preocupado com o meio ambiente do nosso Estado. Com certeza, foram duas importantes reuniões, onde a Assembléia Legislativa esteve representada por esses três Deputados.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Eu também quero parabenizar V. Ex^a, Deputado Hermínio J. Barreto, e espero que sirva de exemplo, para ser seguido pelos demais Secretários de Estado quanto à questão de fazer convite aos Deputados Estaduais para acompanhá-los, quando vão a Brasília reivindicar recursos para o Estado - é a primeira vez que isso acontece no nosso Estado. Nós parabenizamos o Secretário de Educação, nosso colega Carlos Carlão Nascimento, que teve essa iniciativa de convidar os Deputados para acompanhá-lo a Brasília. Tenho certeza de que, a partir de agora, os demais Secretários, quem sabe, vão se tocar e convidar os Deputados para acompanhá-los a Brasília, que é importante, inclusive para que nós possamos apoiá-los nas reivindicações.

Com a palavra, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa, assistência, funcionários desta Casa, subo nesta tribuna, mais uma vez, indignado com um Secretário do Governo Dante de Oliveira. Já passei o problema para o Deputado Rene Barbour, não é um problema meu só, não! É um problema meu e do Deputado Eliene. Eu espero, como homem de Governo, e homem forte que é o Governador Dante de Oliveira, que ele chame seu Secretário para resolver a situação e o impasse que há entre o Deputado Eliene e o Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

Nós não podemos aceitar, de maneira alguma, que Secretário diga que se não for contemplado, vai entregar o cargo. Então, que entregue, porque eu acho que Secretário não tem voto, quem tem voto é quem está aqui dentro, quem foi para a rua pedir voto.

Sr. Presidente, também quero deixar bem claro aqui sobre a questão do IMMEQ. Nós temos um compromisso com o IMMEQ. Ontem, não estivemos presentes na Sessão, porque tivemos um problema de saúde, mas estamos hoje, aqui, pedindo aos Srs. Deputados para que possamos dar a garantia aos funcionários do IMMEQ, um pessoal que está aí pedindo para trabalhar - estão aqui, hoje, o Clodoaldo e os companheiros do IMMEQ, porque eles querem produzir.

Eu acho que esta Assembléia Legislativa sempre esteve ao lado do cidadão que quer trabalhar. Nós estamos vendo um órgão que está produzindo com suas próprias pernas, inclusive os dados aqui mostram que o IMMEQ não precisa do Estado para sobreviver financeiramente, a função que ele exerce, ele mesmo dá conta de fazer o seu trabalho.

Então, quero parabenizar o IMMEQ, parabenizar o Secretário Carlos Avalone, que nos pediu isso, e tenho certeza de que a Bancada, não só de Sustentação, mas de Oposição, porque ouvi do Deputado Nico Baracat, do próprio Deputado Moacir Pires que vão votar conosco, já ganhei inclusive... Fui comunicado pelo Deputado Humberto Bosaipo que vai votar conosco. Quero dizer também ao pessoal do IMMEQ que está aqui, para ficar tranquilo, porque, se Deus quiser, o Projeto será aprovado hoje, em regime de urgência urgentíssima.

Para terminar, Sr. Presidente, eu quero aqui, ontem não estive presente, mas quero parabenizar o ex-Presidente - num reconhecimento não só meu, mas acredito que seja de todos os Srs. Deputados - do Parlamento Amazônico, Deputado Riva, e o Deputado Humberto Bosaipo, que foram os idealizadores, porque nós vimos naquele Seminário, no Hotel Eldorado, o reconhecimento ao trabalho prestado. Quero parabenizar e dizer que sempre estivemos presentes com o Parlamento Amazônico e continuamos dando a nossa força. A luta continua agora com o nosso representante, Deputado Benedito Pinto, que vai fazer parte do Parlamento Amazônico. Era só, Sr. Presidente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, eu assisti e participei da audiência popular promovida pela Prelazia de São Félix do Araguaia, sob o comando do Bispo Dom Pedro Casaldáliga, das pastorais da região, especialmente a Comissão Pastoral da Terra, o Conselho Indigenista Missionário, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que promoveram aquele ato público lá no Centro de Formação da Prelazia em São Félix do Araguaia.

Naquela oportunidade foi apresentada à sociedade do Baixo Araguaia uma análise do EIA/RIMA da Hidrovia Araguaia-Tocantins, um painel de especialistas independentes, comandados por uma ONG, a FEBRAC-Fundação Centro Brasileira de Referência e Apoio Cultural. Trata-se de uma ONG brasileira, para aqueles, às vezes, desatentos, mas com o apoio também de ONGs internacionais, como a WWF, de ONGs brasileiras, como a Socioambiental, do IRN, da Rede Cerrado, do Rios Vivos e também da Agência Ambiental de Goiás e do Simpósio Ambientalista do Cerrado.

Pois bem, aqueles que têm preconceito contra a sociedade civil talvez não tenham preconceito contra a UNEMAT, porque a UNEMAT também fez um relatório sobre o EIA/RIMA da Hidrovia Araguaia-Tocantins - o relatório tem um título poético: “Navegar é preciso, viver não é preciso” -, sob a coordenação do professor Carlos Valter Porto Gonçalves, mas também com a participação de Alexandre Reges, Flávio Luiz Palma e Luiz Gonzaga, professores da UNEMAT, alguns deles do *campus* de Luciara.

Pois bem, Senhores, quais são as conclusões dos relatórios das ONGs e do Relatório da UNEMAT? Adivinhe, Líder do Governo! As conclusões são exatamente as mesmas: que o projeto original da hidrovia, que se trata da perenização do transporte de cargas pelos rios das Mortes, Araguaia e Tocantins, é inviável ambientalmente. E diria mais, a análise dos auditores independentes diz que ela é inviável economicamente e socialmente.

Ou seja, Srs. Deputados - eu sei que o tempo é curto, mas eu estou inscrito no Grande Expediente para debater esse assunto -, não adianta ir contra determinadas condicionalidades ambientais e sociais, porque o Araguaia, nós sabemos que é sofrido, mas não será libertado da miséria e da exclusão através da hidrovia, que só serve para os ricos, para os exportadores de soja e especialmente para os estrangeiros que dominam a produção e exportação de soja para a Europa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Alencar Soares...

Eu gostaria da compreensão dos nobres Deputados para que ocupassem o espaço de três minutos, porque nós temos oito oradores inscritos no Pequeno Expediente.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu quero dizer que estive por trinta dias em licença, por recomendação médica, porque eu fui operado da vesícula, como é do conhecimento de todos os companheiros, mas graças a Deus estou bem, tranqüilo, pronto para trabalhar e somar com os nobres colegas.

Quero dizer também, a respeito do pronunciamento do nobre colega Deputado Hermínio J. Barreto, que disse da nossa viagem ontem a Brasília, onde nós assinamos um convênio, acompanhando o Secretário de Educação, no valor de 371 mil reais para o CENFOR, e esse dinheiro é de suma importância para nós.

E também, falando sobre o IBAMA, nós tivemos ontem à tarde uma reunião, que é de muita importância inclusive para o Nortão, em que o Ministro do Meio Ambiente foi, de resultado, Deputado Silval Barbosa, que é do Nortão, o Ministro já tomou decisões imediatas. Vai ser criada agora, dia 12 tem uma reunião em Sinop, e essa reunião já é para abrir ou marcar a data para abrir o

escritório em Sinop, em parceria com o Governo do Estado e municípios, e esse escritório tem autonomia, foi o que o Ministro deixou bem claro. Essa reunião foi simples, de trabalho. Eu acredito que o setor madeireiro, principalmente do Nortão, saiu ontem, todos os presidentes de sindicato saíram satisfeitos. Eu acredito que esse impasse definitivamente, meu Líder, Deputado Rene Barbour, vai ser resolvido. Foi uma audiência das melhores que já assisti, depois que sou Deputado.

O companheiro Deputado Wilson Teixeira Dentinho falou das queimadas e a FEMA já está montando, agora para o mês de abril, uma frente de fiscalização e de orientação para as queimadas, que devem começar nos meses de julho, agosto e setembro. Então, tanto a FEMA como o IBAMA, o Governo do Estado e o Governo Federal realmente já estão preocupados e já estão fazendo um trabalho a partir de agora, do mês de abril, um trabalho sobre esse assunto.

Quero dizer que nós estamos prontos, vamos acompanhar atentamente o pronunciamento do Deputado Gilney Viana, dizendo que o nosso Rio Araguaia não pode ser navegável. Desde que eu me entendo por gente, o Rio Araguaia é navegável, é importante, e é a salvação do Araguaia essa navegação. E eu disse, inclusive, num pronunciamento em Barra do Garças, que às vezes a pessoa discute sobre a hidrovia do Araguaia e nem conhece o Rio Araguaia, nunca foi no Rio Araguaia, está indo agora. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nobres Pares, servidores desta Casa, galerias, imprensa, para apresentar uma proposição de minha autoria:

1ª) MOÇÃO DE APLAUSOS: Com fulcro no Artigo 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ao Major PM Eddie Metello de Siqueira, Comandante do Batalhão de Polícia de Trânsito, Moção de Aplausos pelo brilhante trabalho que vem realizando.

JUSTIFICATIVA

É notório o relevante serviço prestado pelo Comandante do Batalhão de Polícia de Trânsito, Major Eddie Metello de Siqueira. Com cursos de aperfeiçoamento e palestras aos policiais de trânsito, está ocorrendo um melhor diálogo com a população em geral, com menos truculência na abordagem de motoristas, o que, sem dúvida, merece os nossos aplausos e os cumprimentos desta augusta Casa de Leis.

Conto, pois, desde já com a aquiescência dos nobres Pares no sentido de aprovar a presente.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2.000.
Deputado AMADOR TUT - PL

Sr. Presidente, quero aproveitar esses três minutos para fazer aqui mais uma vez uma observação e também um comentário sobre as empresas, tanto a TELEMAT como a Rede/CEMAT.

A sociedade nossa, mato-grossense, hoje, está sendo extorquida como consumidora. Estão usando outra tese... Para os empresários que participam das concorrências, eles estão usando uma concorrência de três a seis meses, e essa concorrência é cancelada, deixando todos esses empresários de pequenas regiões sem receber durante dois ou três meses. Então, para todos os efeitos, eles não estão extorquindo apenas o consumidor, estão fazendo extorsão em cima também daqueles que trabalharam. Vão ficar em situação muito difícil tanto os nossos consumidores como também quem trabalhou para essas empresas.

Quando começou a privatização, eu fiz esse alerta, e venho sempre falando nesse assunto. Nós vamos chegar numa situação em que o cidadão...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. AMADOR TUT - ...não tem como ter um telefone na sua residência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Rene Barbour, Líder do Governo...

Solicito a compreensão dos Srs. Deputados, fazendo um pouco de silêncio, para que os oradores possam fazer seus pronunciamentos.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, par apresentar algumas Indicações, solicitando à TELEMAT a extensão de rede telefônica convencional para alguns municípios:

1ª) Indico ao Diretor-Presidente da TELEMAT a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a instalação do plano de expansão da rede telefônica convencional no Município de Nova Olímpia.

Com fulcro no que preceitua o art. 239, alínea “g”, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Décio César Portella, Diretor-Presidente da TELEMAT, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de se adotar providências que culminem com a instalação do plano de expansão da rede telefônica convencional no Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia está em franca ascensão econômica, tornando-se necessária a implantação do plano de expansão e instalação do sistema de telefonia convencional no município.

Atualmente, todas as grandes cidades estão sendo contempladas com estes benefícios, portanto nada mais justo que o Município de Nova Olímpia também o seja.

Tais medidas tecnológicas contribuirão ainda mais para o desenvolvimento e fortalecimento da economia desta cidade e também de toda a região.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.

Deputado RENE BARBOUR - PSDB

2ª) Indico ao Diretor-Presidente da TELEMAT a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a instalação do plano de expansão da rede telefônica convencional no Município de Porto Estrela.

Com fulcro no que preceitua o art. 239, alínea “g”, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro á Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Décio César Portella, Diretor-Presidente da TELEMAT, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de se adotar providências que culminem com a implantação do plano de expansão da rede telefônica convencional no Município de Porto Estrela.

JUSTIFICATIVA

O Município de Porto Estrela está em franca ascensão econômica, tornando-se

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

necessária a implantação do plano de expansão e instalação do sistema de telefonia convencional no município.

Atualmente, todas as grandes cidades estão sendo contempladas com esses benefícios, portanto nada mais justo que o Município de Porto Estrela também o seja.

Tais medidas tecnológicas contribuirão ainda mais para o desenvolvimento e fortalecimento da economia desta cidade e também de toda a região.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.

Deputado RENE BARBOUR - PSDB

3ª) Indico ao Diretor-Presidente da TELEMAT, a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a implantação do plano de expansão da rede telefônica convencional no Município de Castanheira.

Com fulcro no que preceitua o art. 239, alínea “g”, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Décio César Portella, Diretor-Presidente da TELEMAT, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de se adotar providências que culminem com a implantação do plano de expansão da rede telefônica convencional no Município de Castanheira.

JUSTIFICATIVA

O Município de Castanheira está em franca ascensão econômica, tornando-se necessária a implantação do plano de expansão e instalação do sistema de telefonia convencional no município.

Atualmente, todas as grandes cidades estão sendo contempladas com esses benefícios, portanto nada mais justo que o Município de Castanheira também o seja.

Tais medidas tecnológicas contribuirão ainda mais para o desenvolvimento e fortalecimento da economia desta cidade e também de toda a região.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.

Deputado RENE BARBOUR - PSDB

4ª) Indico ao Diretor-Presidente da TELEMAT a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a implantação do plano de expansão da rede telefônica convencional no Município de Denise.

Com fulcro no que preceitua o art. 239, alínea “g”, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Décio César Portella, Diretor-Presidente da TELEMAT, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de se adotar providências que culminem com a implantação do plano de expansão da rede telefônica convencional no Município de Denise.

JUSTIFICATIVA

O Município de Denise está em franca ascensão econômica, tornando-se necessário a implantação do plano de expansão e instalação do sistema de telefonia convencional no município.

Atualmente, todas as grandes cidades estão sendo contempladas com estes benefícios, portanto nada mais justo que o Município de Denise também o seja.

Tais medidas tecnológicas contribuirão ainda mais para o desenvolvimento e

fortalecimento da economia desta cidade e também de toda a região.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.

Deputado RENE BARBOUR - PSDB

Eu acho que esses compradores da TELEMAT, os proprietários, têm que entender que Mato Grosso está crescendo e que tem que se fazer essas extensões, Sr. Presidente. É preciso que cobremos dessa empresa, porque ela não pode ficar da maneira que está. Enquanto o Estado cresce, ela se mantém, e esses municípios estão carentes de telefones. Hoje, o uso do telefone é uma das coisas mais importantes que nós temos, principalmente no interior.

E mais, Sr. Presidente, quero falar da nossa admiração, e eu não estou entendendo mais nada aqui!... O PT, que defendia a criação de empregos, que defendia o desenvolvimento para gerar emprego, para melhorar o nível de vida dos trabalhadores, hoje, vem aqui apoiar as ONGs internacionais, essas ONGs que estão ferindo frontalmente a soberania nacional. Quem são essas ONGs para vir aqui dizer se o Araguaia é navegável ou não é navegável? Isso aqui é um capital estrangeiro? Eu me lembro de quando as esquerdas diziam que estavam alienando o País.

Esta é a verdadeira alienação do País, Deputado Gilney Viana, essa intervenção das ONGs internacionais, que a esquerda está apoiando!

Ora, onde é que se viu essas ONGs irem a Roraima para verificar o incêndio que houve em Roraima? Imaginem se o Brasil pode fazer isso, ou se poderia, quando a França fazia a sua experiência da bomba atômica, chegar lá uma comissão de brasileiros para verificar! Ora, é preciso que se coloque um ponto final nisso. Eu não sei qual é o interesse das esquerdas em querer que a nossa agricultura não tenha competição com os grãos produzidos no mundo todo.

É uma coisa lógica e clara, Sr. Presidente, que essa intervenção visa a tornar o nosso País colônia dos países desenvolvidos. Eles não têm interesse em que a nossa agricultura cresça, não têm interesse em que o Brasil se desenvolva, porque nós seríamos os grandes competidores desses países ricos, desenvolvidos, Deputado Gilney Viana. É preciso, sim, estabelecer as hidrovias, é preciso criar ferrovias para baratear o nosso frete.

Então, esse papel da esquerda, Sr. Presidente, hoje eu não entendo mais nada. Eu estou muito confuso neste País, quando a soberania nacional está sendo ferida, quando querem internacionalizar a Amazônia, vir aqui a esquerda fazer essa defesa nociva à Pátria.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu uso a tribuna nesta manhã, primeiro, para informar aos Srs. Deputados, especialmente eu quero informar ao Deputado Zé Carlos do Pátio e aos Deputados que questionaram com relação à Tele Centro Sul, que nós conversamos com o Governador sobre a situação da Tele Centro Sul em Mato Grosso. Ontem, nós estivemos em contato com o Dr. Dércio Portela, e ficou agendada para o dia 18 uma reunião nesta Casa com o Presidente da Tele Centro Sul e, provavelmente, com o Secretário de Fazenda, que iremos contatar ainda hoje para sabermos da sua disponibilidade de tempo.

E, também, para dizer aos Srs. Deputados que apresentamos ontem um Requerimento solicitando a formação de uma Comissão Especial, que trabalhará um projeto de incentivo ao esporte, ao futebol. Eu gostaria que as Lideranças fizessem as indicações, pois já tivemos os primeiros contatos com o Secretário Valter Albano, com o Secretário Carlos Avallone, com o pessoal do Governo que fará parte dessa equipe, e nós gostaríamos de andar um pouco mais com essa Comissão para encerrarmos esse trabalho.

Para dizer, também, Deputado Zé Carlos do Pátio - no momento em que eu falei aqui,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

V. Ex^a não estava em plenário -, que o Presidente da Tele Centro Sul estará em Mato Grosso no dia 18 para a reunião pleiteada por V. Ex^a e por alguns outros Srs. Deputados. Inclusive, também no tocante ao futebol, como eu tenho sido muito procurado e questionado sobre isso, nós acabamos de fechar um contato com o Presidente da Tele Centro Sul, que se dispôs a ajudar o esporte mato-grossense, o futebol mato-grossense, não especificamente um clube, mas todos os clubes. E no dia 18, provavelmente, nós fecharemos um contrato, vamos envolver a Federação Mato-grossense de Futebol para que ela possa dar uma contribuição a todos os clubes de Mato Grosso, visando à melhoria da qualidade do nosso futebol.

Este é um trabalho da Comissão que encabeçamos e, com certeza, a consolidação do mesmo junto à equipe de Governo propiciará que tenhamos um projeto de incentivo permanente ao futebol de Mato Grosso, para que os clubes não sejam “temporões” - aqueles que disputam um campeonato e depois se dissolvem. O que nós queremos, na verdade, é fortalecer o futebol mato-grossense. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, amigos das galerias, eu trago aqui duas Indicações:

1^a) Indica ao Sr. Presidente da Telecomunicações de Mato Grosso S/A-TELEMAT, a necessidade da instalação do sistema de telefonia no Município de Santa Cruz do Xingu.

Nos termos do Capítulo II, do Título V, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Sr. Presidente da Telecomunicações de Mato Grosso S/A-TELEMAT, mostrando a necessidade da instalação do sistema de telefonia no Município de Santa Cruz do Xingu.

JUSTIFICATIVA

O recém-criado Município de Santa Cruz do Xingu conta hoje com aproximadamente quatro mil habitantes, outrora pertencia ao Município de São José do Xingu, distante 160 quilômetros de sua atual sede.

O Município de Santa Cruz do Xingu conta com dezoito estabelecimentos comerciais e uma indústria madeireira, estando prevista a instalação da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores para o ano vindouro, o que irá aumentar consideravelmente o número de habitantes e comerciantes na cidade.

Sabemos que o progresso de um município depende, dentre outras coisas, de infraestrutura para atrair investimentos, razão porque há a necessidade da instalação do sistema de telefonia convencional naquele município, pois o telefone mais próximo dista 160 quilômetros de Santa Cruz do Xingu. Vale ressaltar que já existem trezentas linhas telefônicas pedidas para o mencionado município.

Diante do exposto, peço a aprovação dos nobres Pares para a presente Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.

Deputado SILVAL BARBOSA - PMDB

2^a) Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, a necessidade de alocar recursos visando dotar de infra-estrutura a cadeia pública do Município de Lucas do Rio Verde.

Nos termos do Capítulo II, do Título V, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exm^o Sr.

Governador do Estado, com cópia ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, mostrando a necessidade de alocar recursos visando dotar de infra-estrutura a Cadeia Pública do Município de Lucas do Rio Verde.

JUSTIFICATIVA

O Município de Lucas do Rio Verde atualmente é sede de Comarca, sendo que uma das condições para um município ser sede de Comarca é a construção da cadeia pública, onde os presos ficam aguardando julgamento.

A sociedade, mais uma vez, assumiu o papel do Estado, mobilizou-se e construiu a cadeia pública, como se não bastasse pagarem os altos impostos cobrados pelo Governo Estadual.

Então, para a Secretaria de Estado de Segurança Pública ficou somente a responsabilidade de dotar a cadeia pública com infra-estrutura para poder receber os presos.

Atualmente existem dez presos com Processos na Comarca de Lucas do Rio Verde, sendo que destes sete aguardam julgamento e três são condenados. No entanto, os mesmos encontram-se na Cadeia Pública do Município de Sorriso, distante aproximadamente 70 quilômetros de Lucas do Rio Verde.

Os presos têm que estar presentes a várias fases da instrução criminal, devendo, então, ser recambiados da Cadeia Pública de Sorriso ao Fórum da Comarca de Lucas do Rio Verde, e logo após a audiência retornam a Sorriso, o que além do ônus, gera risco de fugas ou tentativas de resgate.

Há de se mencionar que na cidade existe apenas uma delegacia onde ficam presos provisoriamente, em uma única cela, os criminosos de alta periculosidade junto com os demais delinquentes, até serem transferidos para a cadeia pública de Sorriso.

Vale ressaltar que a cadeia pública já está à disposição do Governo do Estado, e enquanto ele não cumpre seu compromisso de equipá-la e colocá-la em funcionamento, fica entregue ao matagal, sofrendo com a ação do tempo, enquanto os marginais estão à solta.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares, visando à aprovação da presente Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.

Deputado SILVAL BARBOSA - PMDB

Sr. Presidente, eu trago a esta Casa um problema sério, de Lucas do Rio Verde. Hoje nós discutimos muito o problema de segurança do Estado de Mato Grosso, porque os municípios têm nos cobrado, tanto os vereadores como os Prefeitos, a sociedade, enfim, todos cobram a questão da estrutura da Polícia Civil e da Polícia Militar no Estado de Mato Grosso.

E hoje, Sr. Presidente, nós vemos que o Prefeito de Lucas do Rio Verde, juntamente com a sociedade, construiu um presídio com cem por cento de recursos próprios, e a Secretaria de Segurança do Estado de Mato Grosso sequer quer montar a estrutura física, que é equipar e dar condições para aquele presídio poder agregar os presos. E nós vimos ali a manifestação e o protesto daquele Médio Norte, tanto de Sorriso, como de Nova Mutum, com relação ao grande índice de assaltos que tem lá. Hoje, a Polícia, com toda a dificuldade que tem, faz a prisão de alguns elementos e não tem onde recolher esses presos. E a Delegacia de Lucas do Rio Verde...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. SILVAL BARBOSA - ...Só mais um minuto, Sr. Presidente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Concedo mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. SILVAL BARBOSA - ... o Presídio de Lucas do Rio Verde está pronto e o Secretário de Segurança Pública não está atendendo aquela comunidade no sentido de colocar ali, lotar o carcereiro e dotar a Delegacia de estrutura. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar eu gostaria de, mais uma vez, como sempre vimos fazendo nesta tribuna - e não só nesta tribuna como em ações, principalmente na Justiça, porque aqui no Parlamento pouco temos a fazer nesse sentido, uma vez que o Projeto foi aprovado aqui e que só outro projeto poderá derrubar esse absurdo do saque que está acontecendo. Nós estamos sendo saqueados, literalmente, com relação à energia elétrica e à telefonia em Mato Grosso. Basta nós olharmos as nossas contas de luz e as nossas contas de telefone - com o telefone ocorre exatamente a mesma coisa que com a energia elétrica, nós mandamos fazer um estudo. Só que o telefone tem um agravante - aliás, a TELEMAT que se prepare, porque ela vai sofrer uma punição pesada. A CEMAT coloca separado esse valor agregado, e por isso nós descobrimos com mais facilidade que o ICMS da energia elétrica é 42,85% e não 30%. Foi fácil descobrir. Com a tarifa do telefone foi bem mais difícil, mas também agora conseguimos vislumbrar e descobrir, porque ele vem embutido, e o da CEMAT vem separado. E, como empresa concessionária, tem que vir separado também o do telefone. Nós estamos pagando 43% de ICMS de telefone também, com o agravante de que a TELEMAT terá que ser punida porque está embutindo direto o valor agregado.

Gostaria de convidar todos os Srs. Deputados - todos estão sabendo, mas gostaria de lembrá-los - a participar, hoje, às 15:00 horas, de uma Audiência Pública sobre as perdas salariais dos trabalhadores da Educação Pública do Estado de Mato Grosso. Essa Audiência Pública acontecerá no Auditório "Milton Figueiredo", da Assembléia Legislativa. É muito importante a presença de todos nós, de todos os Parlamentares, porque a perda salarial é uma questão extremamente séria para todo o funcionalismo do Estado de Mato Grosso. E hoje estará sendo tratado, em especial, o caso da Educação, mas com certeza, ao ser tratado, poderá e deverá ser estendido a todo o funcionalismo público do nosso Estado.

Por último, porque o nosso tempo urge...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO À ORADORA QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - ...Um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Concedo mais um minuto a V. Ex^a.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Apenas registrar o nosso descontentamento, a nossa insatisfação com essa mania - porque está virando mania - do Governo Dante de Oliveira de desrespeito total a este Poder, quando manda para cá, seguidamente, não é de quando em vez, pois em caso de necessidade nós até concordamos, mas agora tudo virou necessidade, manda os projetos de última hora. Por exemplo, com relação a essa questão do IMMEQ, eu sei que o Deputado Nico Baracat tem um Projeto correndo aqui na Assembléia há cinco anos mais ou menos - ele é Deputado de segundo mandato. Há cinco anos tem um projeto praticamente idêntico, e nunca houve pressa de votarem. Agora, o Governo manda, para agora, a votação, num total desrespeito ao Parlamento de Mato Grosso...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO À ORADORA QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - ...e nós temos que votar as coisas aqui sem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

conhecer. Eu registro aqui o meu protesto, não contra o mérito do Projeto, que eu sequer conheço, porque eu não tenho cópia, mas contra a forma. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, eu gostaria, inicialmente, de fazer alguns avisos e, posteriormente, ter da Mesa também um apoio naquilo que coloco.

Com relação à CPI do DETRAN já composta, já publicada, nós pretendemos conseguir hoje a sua instalação - já fizemos contato com os Deputados que a compõem: Deputado Wilson Teixeira Dentinho, Deputado Hermínio J. Barreto, Deputado Carlos Brito, Deputado Romoaldo Júnior e a nossa pessoa, para que nós possamos instalar e ver também como será a sistemática do seu funcionamento, buscando as pessoas que possam nos auxiliar administrativamente para levar a efeito a CPI do DETRAN.

E também, Sr. Presidente, para que possa haver uma convocação por parte da Presidência para a instalação da Comissão Especial do Sistema Multimodal de Transportes - Comissão na qual nós temos participação direta, juntamente com os Deputados Carlos Brito, Pedro Satélite, Humberto Bosaipo e Wilmar Peres - para que possamos nos reunir e iniciar também o funcionamento dessa Comissão Especial. Isso se impõe, principalmente após os pronunciamentos de hoje com relação, inclusive, à Hidrovia Araguaia-Tocantins, que eu acredito seja de interesse desta Comissão. E não só levar a efeito um estudo mais aprofundado sobre a sua necessidade, como também, e principalmente, sobre a necessidade da chegada dos trilhos da ferrovia até Cuiabá.

Infelizmente, o nosso País fez uma opção pelo transporte rodoviário em detrimento tanto do fluvial quanto do ferroviário, e só agora nós estamos tendo a oportunidade de fazer uma discussão mais ampla, uma discussão que possa trazer a Mato Grosso condições de ter, nesse transporte intermodal, mecanismos efetivos de escoar a sua produção a baixo custo.

Eu gostaria, também, de deixar aqui a minha preocupação com relação à cobrança, por parte do Governo, de um imposto criado ainda este ano. Constitucionalmente, qualquer imposto que venha a ser criado necessita ser implementado a partir do ano seguinte, e nós estamos assistindo ao atropelamento da nossa Constituição por parte do Governo, com a cobrança indevida desses impostos antes mesmo da possibilidade constitucional de que eles possam ser cobrados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, nobres Pares, em primeiro lugar quero também reforçar aqui o que disse o Deputado Wilson Teixeira Dentinho, porque nós temos alguns Secretários de Estado que se sentem realmente "donos da bola", pensam que o Governo é propriedade particular deles. Não disputam eleição e qualquer espaço que tiver, em interesse pessoal, eles querem atropelar, inclusive ameaçando entregar o cargo.

Tivemos um problema de ordem política, de interesse meu e do Deputado Wilson Teixeira Dentinho, e nos responderam, então, que o Secretário de Administração, Fausto Farias, disse que se fosse trocado aquele espaço, que é de um candidato a Vereador do nosso Partido, do PSB, que se nós indicássemos o substituto ele entregava o cargo.

Então, eu acho que esse cidadão devia disputar uma eleição, sem usar a estrutura do Governo que está tendo hoje, e não querer impor da forma que está impondo. Ele nunca ganhou uma eleição. Foi prefeito de Rondonópolis como Vice, depois que o Prefeito se elegeu, depois foi Secretário várias vezes, mas não disputou eleição. Daqui a pouco ele está forte, porque está tendo todo esse amparo, e impondo os espaços que o Governo tem. Nós gostaríamos que o Líder do Governo

encaminhasse esse tipo de ingerência que está havendo no secretariado.

Em segundo lugar, eu queria fazer novamente um apelo, porque nós visitamos neste final de semana a região do Araguaia, e nós temos um entendimento de que se não tiver um apoio para a Hidrovia Araguaia-Tocantins, aquela região vai se esvaziar, tendo mais dificuldades. Água Boa, que já teve um plantio de soja acima de cem mil hectares, hoje reduziu para pouco mais de dez mil hectares plantados. Todo aquele Vale do Araguaia, tanto do lado de Mato Grosso, como de Goiás e Tocantins, é uma região que se não tiver incentivos, se não tiver a integração com o País, é preciso ter um tratamento especial, para não ficar alheia, abandonada como está.

Por último, apresentar um Projeto de Lei de minha autoria e do Deputado Riva:

PROJETO DE LEI:

**Altera e consolida as normas referentes
ao direito dos estudantes ao pagamento
de meia-entrada em espetáculos
esportivos, culturais e de lazer e dá outras
providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica assegurado aos estudantes o pagamento de meia-entrada do valor efetivamente cobrado para o ingresso em casas de diversões, de espetáculos teatrais e circenses, em casas de exibição cinematográfica, apresentações musicais, praças esportivas e similares das áreas de esporte, cultura e lazer do Estado, na conformidade da presente lei.

§ 1º Em caso de preços promocionais, fica também assegurado o abatimento de 50% (cinquenta por cento).

§ 2º Para efeito do cumprimento desta lei, consideram-se casas de diversões de qualquer natureza os locais que, por suas atividades, propiciem lazer e entretenimento, ou que forem adaptados para a realização de eventos circunstanciais.

§ 3º Serão beneficiados por esta lei os estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou particular, do primeiro, segundo e terceiro graus, existentes no Estado de Mato Grosso, devidamente autorizados a funcionar pelos órgãos competentes.

Art. 2º Para usufruir do benefício da meia-entrada, deverá ser comprovada a condição de estudante, através de Carteira de Identificação Estudantil, expedida por:

I - Estudante de nível superior:

- a) pela União Nacional dos Estudantes-UNE;
- b) pelo Diretório Central dos Estudantes-DCE;
- c) outras entidades estudantis, legalmente instituídas, do âmbito

universitário;

II - Estudantes de nível de primeiro e segundo graus, cursos preparatórios para exames vestibulares e/ou profissionalizantes:

- a) pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas-UBES;
- b) pela Associação Mato-grossense dos Estudantes Secundaristas-AMES;
- c) pelas associações municipais de estudantes.

§ 1º Caso o estudante não seja filiado às entidades estudantis referidas nas alíneas dos incisos I e II deste artigo, poderá comprovar a situação de estudante, regularmente matriculado na rede de ensino, pública ou privada, cursos preparatórios para exames vestibulares e/ou profissionalizantes, através de:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

I - Carteira de Estudante emitida pelo órgão municipal responsável pelo controle e distribuição do passe estudantil e autenticada pelo respectivo estabelecimento de ensino;
II - documento de identificação expedido pela respectiva instituição de ensino;
III - Carteira de Estudante emitida pelo Grêmio Estudantil da unidade educacional.

§ 2º A Carteira de Identificação Estudantil somente perderá sua validade quando da expedição da nova carteira no ano letivo seguinte.

Art. 3º Aos estabelecimentos de diversão e cultura cumpre publicar, em local visível da bilheteria e da portaria, informativo aos interessados sobre as condições estabelecidas nesta lei, para o gozo do benefício da meia-entrada, com os telefones dos órgãos de fiscalização.

Art. 4º Caberá ao Governo do Estado e às Prefeituras Municipais, através dos órgãos responsáveis pela cultura, esporte, lazer e defesa do consumidor, bem como ao Ministério Público Estadual, a fiscalização do cumprimento desta lei, autuando os estabelecimentos que a descumprirem, cominando-lhes sanções administrativas cabíveis, inclusive a suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis nºs 6.339, de 03 de dezembro de 1993; 6.105, de 10 de novembro de 1992; 5.931, de 03 de janeiro de 1992 e 5.729, de 02 de janeiro de 1991.

JUSTIFICATIVA

Fundamentação Legal: Constituição Federal, Artigo 25, § 1º.

“Art. 25 Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A Constituição Federal, ao elencar os direitos e garantias individuais e coletivos - Título II, Capítulo I -, assegura que ninguém poderá ser obrigado a associar-se e/ou permanecer associado em qualquer instituição representativa, art. 5º, XX. Assim, qualquer disposição que obrigue ou induza à associação compulsória é inconstitucional e, portanto, deve ser expurgada do ordenamento legal. Em total sintonia com a Lei Maior, a Constituição do Estado de Mato Grosso, no inciso I do art. 3º, estabelece como um dos princípios fundamentais do Estado “o respeito à unidade da Federação, à Constituição Federal e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais nos termos nela estabelecidos”, ou seja, cabe ao Parlamento estadual resguardar os direitos e garantias instituídos pelo Legislador Federal.

Nesse contexto, os estudantes mato-grossenses têm sido injustamente discriminados por conta de dispositivo legal que impõe a necessidade de filiação à UNE ou à UBES/AMES, entidades de representação estudantil, para o usufruto do direito da meia entrada aos estabelecimentos que promovam o lazer e o entretenimento, benefício este que, cumprindo determinação constitucional, possibilita o acesso à cultura. Entretanto, tal benefício está restringido a uma pequena parcela da comunidade estudantil, qual seja, os detentores da Carteira de Identificação Estudantil, contrariando o já consagrado princípio de que “todos são iguais perante lei”. Esta situação, além de ofender garantias

constitucionais, configura-se num flagrante desrespeito à classe estudantil, pois expõe os estudantes a situações vexatórias, muitos, por exemplo, são barrados nas portarias e bilheterias dos estabelecimentos, mesmo estando devidamente matriculados em estabelecimentos de ensino. São estudantes, logo, legítimos possuidores do direito à meia entrada.

A legislação em vigor somente contempla os estudantes das localidades cujo movimento estudantil esteja organizado, ou seja, a própria lei gera desigualdades no tratamento aos estudantes. E mais, também gera desigualdades entre as próprias entidades estudantis, pois obriga as associações municipais, ainda que independentes, a filiarem-se à AMES, para que possam ter acesso ao benefício.

Ressalta-se a fundamental importância das entidades de representação estudantil para o desenvolvimento do Estado Democrático de Direito, pois colaboram para a conscientização política e social dos jovens, porém, não podem tais entidades deter a exclusividade da utilização da meia entrada para seus associados, monopolizando um benefício que deve ser acessível a toda a comunidade estudantil.

Não se justifica a concessão de tal exclusividade, pois além da ilegalidade demonstrada as carteiras emitidas pelas entidades estudantis não são oferecidas gratuitamente, pelo contrário. Da mesma forma, também não se justifica a inaceitabilidade das carteiras estudantis emitidas pelos órgãos municipais, mais especificamente os relacionados ao transporte coletivo, que, certamente, exercem um maior controle na expedição das mesmas, se comparado às entidades representativas dos estudantes; na mesma situação posicionam-se as carteiras de identificação expedidas pelas próprias instituições de ensino. Por que não aceitá-las?

Existem grandes interesses em jogo, tanto por parte das entidades estudantis quanto por parte dos estabelecimentos e/ou promotores do lazer e entretenimento. Os líderes estudantis, equivocadamente, imaginam que, com a obrigatoriedade de filiação, ainda que de forma indireta, podem fortalecer as entidades. Esquecem-se que é a “união que faz a força” e não a “força que faz a união”. Os empresários por sua vez não gostariam de ver uma grande quantidade de estudantes tendo acesso aos seus estabelecimentos e/ou promoções, pois isso diminuiria a margem de lucro. Mais uma vez o interesse econômico se sobrepõe ao interesse social.

Assim, a despeito das possíveis pressões contrárias, cabe ao Poder Legislativo corrigir a injustiça provocada pela legislação ainda em vigor e proporcionar a todo e qualquer estudante o acesso ao lazer, à cultura, ao entretenimento, à diversão, enfim, proporcionar um tratamento igualitário entre os iguais.

Por fim, faz-se necessária a consolidação das normas vigentes para que o benefício da meia entrada seja melhor compreendido e, por conseguinte, a sua utilização facilitada.

Isto posto, contamos com o apoio dos Srs. Deputados, legítimos representantes do povo mato-grossense, para a aprovação do presente Projeto que, indubitavelmente, vai ao encontro dos interesses da comunidade estudantil.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.

Deputado ELIENE - PSB

Deputado RIVA - PSDB

Então, é um Projeto que nós vamos encaminhar. Devemos estar, inclusive, eu e o Deputado Riva, convocando uma Audiência Pública para estudar com esse segmento pessoalmente, já que com os estudantes universitários nós vamos encaminhar uma discussão ampla, para que não haja também uma injustiça dentro da própria lei.

Por último, Sr. Presidente, informar que na Comissão em Defesa do Futebol foi

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

apresentado um Requerimento ontem pelo Deputado Riva, por mim e pelo Deputado Humberto Bosaipo, nós apresentamos o nosso nome e do Deputado Humberto Bosaipo para fazer parte dessa Comissão, que já foi cobrada pelo Deputado Riva.

O Sr. Moacir Pires - Sr. Presidente, Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, para indicar o meu nome para fazer parte da Comissão Especial do Desporto - peço à Mesa que registre.

E dizer também que a Bancada de Oposição - PFL, PMDB e PT - vai apresentar uma emenda para este Projeto do IMMEQ, para que sejam instaladas balanças nas rodovias estaduais. Não podemos permitir, Sr. Presidente, que carretas que têm autorização para trafegar com 35 toneladas, estejam trafegando em nossas estradas com mais de 50 toneladas. É um absurdo! O IMMEQ tem que fiscalizar, instalar essas balanças urgentemente. Muito obrigado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Zé Carlos do Pátio, quero registrar a presença em nossas galerias de uma liderança do Município de Peixoto de Azevedo, o Vereador Francisco Camelo, o popular Vereador Chico.

Seja bem-vindo.

O Sr. Moacir Pires - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, só para registrar também a presença em nossas galerias do Presidente do nosso Partido em Campo Novo do Parecis, Vereador Dico.

Seja bem-vindo.

O Sr. Alencar Soares - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - É só para indicar o Deputado Wilson Teixeira Dentinho e o Deputado Hermínio J. Barreto para a Comissão Especial do Desporto.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Convoco o Deputado Riva para assumir a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RIVA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:52 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, primeiro eu quero registrar a presença da Escola Presidente Médici, que está chegando aqui agora e do Professor José, que está coordenando a escola. É uma satisfação estar com os alunos da Escola Presidente Médici aqui na Assembléia Legislativa.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, para apresentar um Projeto de Lei de minha autoria:

1ª) PROJETO DE LEI:

Dispõe sobre a reserva de 10% (dez por cento) dos lugares em teatro e cinemas a

maiores de 60 anos e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º Fica definida a obrigatoriedade de se proceder à reserva de um percentual de 10% (dez por cento) dos lugares em cinemas e teatros que serão destinados ao acesso gratuito de pessoas idosas, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º Os beneficiários desta lei deverão retirar os ingressos com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início das exhibições ou eventos.

Art. 3º Não é permitida a cobrança de qualquer taxa extra aos beneficiários desta lei, por parte das administrações dos locais ou eventos.

Art. 4º Os responsáveis pelos locais onde ocorram os eventos ou exhibições devem proporcionar fácil acesso e acomodações próximas ao local do espetáculo.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

É realidade que grande parte dos idosos que se interessam por eventos culturais ou cinema não se sentem em condições de cultivarem tão saudável hábito por falta de condições, muitas vezes, sociais.

Teatros e cinemas não oferecem condições diferenciadas aos idosos, para que possam gozar de alguns momentos de lazer, o que conseqüentemente os desestimula.

Devemos respeito aqueles que dedicaram toda sua vida e devotaram seu trabalho em prol da sociedade.

Ao propormos tal projeto, queremos propiciar aos idosos de um modo geral acesso facilitado e garantido a salas de cinemas e teatros.

Vale salientar que hoje defendemos os interesses dos idosos, lembrando que amanhã nós é que seremos beneficiados.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

E também, Sr. Presidente, segundo V. Ex^a nós vamos ter uma reunião com a Diretoria da Tele Centro Sul e toda Comissão, inclusive com os Deputados que quiserem participar para discutir essa saída da Diretoria da Tele Centro Sul daqui e dessa discussão sobre a redução do ICMS. Será que essa reunião vai ter a presença do Governador do Estado, Sr. Presidente?

Eu quero também fazer um comunicado: Vão paralisar todos os postos de gasolina do Estado de Mato Grosso! Eles vão paralisar porque, na verdade, a Assembléia Legislativa aumentou o imposto do combustível, da soja e do boi, o que vai refletir na carne, de forma abusiva - e vai refletir no consumidor. Então, eu quero aqui colocar, Sr. Presidente, que já existe uma mobilização da sociedade civil, de setores da sociedade, contra esse aumento que foi aprovado aqui na Assembléia Legislativa, do combustível, da soja e do boi, que vai refletir na carne.

E quero também aqui colocar uma conquista nossa. Ganhamos uma liminar na Justiça garantindo o direito de o Governo e o INDEA terem que fazer exame de sorologia no Baixo Araguaia, para os bois, para a área bovina na Faixa Tampão daquela região. É um absurdo! Vários produtores nos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

procuraram... Hoje, eles não têm como comercializar o rebanho bovino, porque só tem um frigorífico na região, em Vila Rica, e o restante eles têm que comercializar no Pará, porque não podem trazer para Canarana. Então, na verdade, se não fizer exame de sorologia agora, quando chegar as vacinações, segundo os técnicos do INDEA, não dará mais para fazer exame de sorologia, e eles vão perder seus rebanhos. Então, nós estamos aqui em defesa da região do Xingu, do Baixo Araguaia, que são regiões que precisam de apoio, e conseguimos uma liminar na Justiça ontem - e vamos continuar lutando.

Sr. Presidente, essa votação do FETHAB-Fundo Estadual de Transporte e Habitação vai realmente criar uma crise política no Estado de Mato Grosso...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...Esse aumento de impostos vai criar uma crise. Está saindo nos jornais que vários empresários, inclusive na área de sojicultura, estão dizendo que o custo, hoje, para...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me garantisse mais...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Concedo mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...o custo hoje é de R\$11,83 para justamente fazer a colheita em um hectare de soja, e praticamente vai ficar inviável. Segundo estudos feitos pelos produtores, sequer são utilizados 10% das rodovias estaduais, para precisar criar esse Fundo para preservar as rodovias estaduais.

E, por último, eu quero falar para o Deputado Gilney Viana... Eu gostaria, Sr. Presidente, que V. Ex^a concedesse a palavra, pela Ordem, por cinco minutos para o Deputado Gilney Viana, porque eu o coloquei numa enrascada aqui.

A Escola “Presidente Médici” quer saber do Deputado Gilney Viana, por que ele está querendo mudar o nome da Escola “Presidente Médici” para Escola... Como é o nome da Escola, Sr. Presidente?

O Sr. Gilney Viana (DE SUA BANCADA) - “Merival de Araújo”.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - “Merival de Araújo”.

Então, está aqui o Deputado Gilney Viana. Os alunos da Escola “Presidente Médici” estão aqui para ouvir de V. Ex^a, Deputado, porque nós, inclusive, fomos e colocamos para a Escola “Presidente Médici” esse Projeto de Lei de V. Ex^a...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...E V. Ex^a vai ter que explicar para os alunos.

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo que o tempo de V. Ex^a encontra-se esgotado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Muito obrigado.

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Queremos registrar a visita dos alunos do 3º ano do ensino médio da Escola “Presidente Médici” na Assembléia Legislativa, participando do Programa *Por Dentro do Parlamento*, da Secretaria de Comunicação, acompanhados do Professor José Sabadin. Queremos agradecer e dizer que se trata de um Programa importante que a Secretaria de Imprensa criou, exatamente para propiciar aos nossos estudantes, aos jovens que conheçam esta Casa de Leis.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Muito obrigado pela presença.

Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana, que dispõe de dois minutos.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, primeiro eu saúdo os estudantes da Escola de 1º e 2º graus que infelizmente chama-se Presidente Médici.

Em segundo lugar, quero lhes dizer, e dizer aos Srs. Deputados, que foi boa a provocação do Sr. Ermírio de Moraes, da Sr^a Senna, irmã do Airton Senna, e de outros cidadãos que querem implantar aqui no portal da nossa Assembléia Legislativa um monumento à Ditadura Militar. Nessa ocasião, nós falamos que não precisa de mais monumentos, porque nós já temos dois monumentos ao ditador, ao maior ditador da Ditadura Militar, aquele que mais assassinou, mais perseguiu, fechou o Congresso Nacional, cassou Deputados e impôs um clima de terror, que é exatamente o General Emílio Garrastazu Médici, que atende pelo codinome de Médici.

Aliás, naquela ocasião também não só me prendeu, mas me torturou durante 36 dias no DOI-CODI, onde ele matou, literalmente assassinou Merival de Araújo, um herói mato-grossense, que era aluno da escola pública, como vocês, em Alto Paraguai, que fez o curso médio e foi para o Rio de Janeiro para tentar a universidade, e lá ele viu os estudantes se manifestarem, se engajou na resistência armada, na Ação Libertadora Nacional...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu peço a V.Ex^a para dar continuidade a esse pronunciamento nas Explicações Pessoais, pois já são 10:00 horas e o tempo no Pequeno Expediente já se encontra esgotado.

Passemos à Ordem do Dia.

Queremos pedir desculpas ao Deputado Gilney Viana e a compreensão das galerias, mas há uma determinação no Regimento Interno de que o horário para o início da Ordem do Dia é, impreterivelmente, às 10:00 horas. Nós vamos iniciar a Ordem do Dia e, em seguida, V. Ex^a terá a preferência da palavra.

O SR. GILNEY VIANA - Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Indicação de autoria...

O Sr. Gilney Viana - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, tendo em vista que as Indicações apresentadas no Pequeno Expediente da presente Sessão já são do conhecimento dos Srs. Deputados, solicito a V. Ex^a que proceda à votação englobada.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em votação Requerimento oral de autoria do Deputado Gilney Viana. Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Em discussão todas as Indicações. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Louvor de autoria dos Deputados Wilmar Peres e Humberto Bosaipo, ao Sr. Abel Balbino Guimarães, Juiz da Comarca de Barra do Garças.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos de autoria dos Deputados Amador Tut e Hermínio J. Barreto, ao Major da PM Eddie Metello de Siqueira, Comandante do Batalhão de Polícia de Trânsito.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Moção de Pesar de autoria dos Deputados Riva, Humberto Bosaipo e Nilson Leitão, pelo falecimento da Sr^a Rufina de Abreu, ocorrido na Cidade de Sinop.

Deputado Humberto Bosaipo, juntamente com V. Ex^a e com o Deputado Nilson Leitão, eu apresentei essa Moção, e eu gostaria de apresentar os votos de pesar de toda a Assembléia Legislativa pelo falecimento da Sr^a Rufina de Abreu, genitora do saudoso ex-Deputado Jorge Abreu, ocorrido na Cidade de Sinop.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

O Sr. Pedro Satélite - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Apenas para acrescentar aos Srs. Deputados, em respeito ao ex-Deputado Jorge Abreu, que já tínhamos iniciado uma conversa com o Governador do Estado - e com certeza ele acatará nosso pedido -, para que a ponte que era o sonho do ex-Deputado Jorge Abreu, sobre o Rio Teles Pires, interligando Nova Canaã a Colorado do Norte, seja chamada de Ponte Deputado Jorge Abreu. Eu tenho certeza de que o Governador concordará, já houve a concordância e a ponte será construída este ano. Eu peço a V. Ex^a e aos demais Srs. Deputados que nos apoiem para que isso aconteça, em homenagem ao nosso querido colega Deputado Jorge Abreu.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradeço ao Deputado Pedro Satélite e apoio a decisão. Quero informar também aos Srs. Deputados que fomos levar, em nome da Assembléia Legislativa, as nossas condolências a toda a família do Sr. Paulo Abreu, em Sinop, no sábado.

Requerimento de autoria do Deputado Moacir Pires, solicitando informações ao Exm^o Sr. Governador do Estado e ao Exm^o Sr. Secretário de Fazenda com relação à liquidação do BEMAT.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando tramitação em regime de urgência urgentíssima ao Projeto de Lei n^o 32/00, de autoria do Poder Judiciário, que altera a base de calculo estabelecido no art. 2^o da Lei n^o 7.256, de 12 de janeiro de 2000, e dá outras providências.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Encaminho o Projeto ao Sr. Deputado Carlos Brito, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para que, após a votação do Projeto de Emenda Constitucional de autoria do Deputado Nico Baracat, reúna a Comissão em plenário.

Em 2^a discussão, Projeto de Emenda Constitucional n^o 13/99, de autoria do Deputado Nico Baracat, que modifica os arts. 178 a 180 da Constituição do Estado. Com Parecer favorável da Comissão Especial.

Em discussão o Projeto. Encerrada a discussão. Em votação...

Solicito ao Sr. 1^o Secretário para proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados...

Peço aos Srs. Deputados que tomem assento, uma vez que se trata de Emenda Constitucional e a votação será nominal.

O SR. 1^o SECRETÁRIO - Nós vamos convocar as Bancadas individualmente. Então, nós pedimos aos Srs. Deputados que tomem os seus assentos para colhermos os votos à Emenda Constitucional de autoria do Deputado Nico Baracat, que modifica os artigos 178 a 180 da Constituição do Estado, que tratam da criação de novos municípios.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Deputado Carlos Brito (SIM); Deputado Baú (SIM); Deputado Riva (SIM); Deputado Pedro Satélite (SIM); Deputado Rene Barbour (SIM); Deputado Wilson Teixeira Dentina (AUSENTE); Deputado Nilson Leitão (AUSENTE); Deputado Alencar Soares (SIM); Deputado Emanuel Pinheiro (AUSENTE); Deputado Joaquim Sucena (SIM); Deputado Moacir Pires (SIM); Deputado Moisés Feltrin (SIM); Deputado Nico Baracat...

Nós pedimos ao Deputado Nico Baracat a gentileza de adentrar ao plenário.

Deputado Nico Baracat (SIM); Deputado Zé Carlos do Pátio (SIM); Deputado Silval Barbosa (SIM); Deputado Gilney Viana (SIM); Deputada Serys Shhessarenko (SIM); Deputado Amador Tut (SIM); Deputado Eliene (SIM); Deputado Hermínio J. Barreto (SIM); Deputado Wilmar Peres (AUSENTE); Deputado Humberto Bosaipo (SIM); Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE); Deputado Túlio Fontes (SIM).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à segunda chamada dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Nilson Leitão (AUSENTE); Deputado Wilmar Peres (AUSENTE); Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE); Deputado Emanuel Pinheiro (AUSENTE); Wilson Teixeira Dentina (AUSENTE).

Portanto, Sr. Presidente, votaram 19 Deputados, sendo 19 votos favoráveis à matéria.

O SR. PRESIDENTE - Aprovada a Emenda. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, em regime de urgência, Projeto de Lei nº 61/00, Mensagem nº 07/00, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a alteração da Lei nº 6.402, de 29/03/94, que cria cargos no IMMEQ - Instituto Mato-grossense de Metrologia e Qualidade Industrial e dá outras providências.

Solicito ao Deputado Eliene, Presidente Interino da Comissão de Constituição de Justiça, na ausência do Deputado Carlos Brito, que reúna a mesma em plenário para emitir Parecer oral.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, Deputado Riva, na condição de Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, convoco os Deputados Carlos Brito, Roberto Nunes, Alencar Soares, Pedro Satélite, Humberto Bosaipo, Romoaldo Júnior, Moacir Pires e Joaquim Sucena, membros da Comissão, para que possamos nos reunir em plenário para discutir a Mensagem nº 07/00, do Poder Executivo, que dispõe sobre a alteração da Lei nº 6.402, de 29/03/94, que cria cargos no IMMEQ - Instituto Mato-grossense de Metrologia e Qualidade Industrial.

Esta Presidência avoca o direito de relatar a matéria e, em seguida, passaremos à coleta de votos dos referidos membros.

Nós relatamos favoravelmente, porque é uma matéria do nosso conhecimento. Entendemos que o crescimento do IMMEQ se faz necessário, em função do papel importante que se discute, hoje, pela grandeza do Estado.

Então, somos favoráveis e passamos, a partir deste momento, a colher os votos dos demais membros: Deputado Alencar Soares (COM O RELATOR), Deputado Pedro Satélite (COM O RELATOR), Deputado Humberto Bosaipo (COM O RELATOR), Deputado Joaquim Sucena...

O SR. JOAQUIM SUCENA (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, eu acredito que nós temos, além da sua presença e da minha presença, a do Deputado Carlos Brito, portanto, nós temos apenas dois votos que deverão ser dados pelos suplentes. V. Exª já fez a chamada de três suplentes para votar, de modo que eu acredito que haja necessidade de V. Exª tomar mais atenção no sentido de nós não termos, posteriormente, um erro de interpretação.

O SR. ELIENE - Eu informo ao nobre Deputado que, no momento da coleta dos votos, o Deputado Carlos Brito se encontrava em reunião na ante-sala, e o equívoco que eu havia

cometido, que foi chamar para a votação o Deputado Moacir Pires, depois eu refiz e chamei V. Ex^a a participar, nobre Deputado.

O SR. JOAQUIM SUCENA (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Não se trata disso, Sr. Presidente, o que eu digo é que nós já temos três suplentes votando e ainda temos dois membros efetivos da Comissão por votar, o que não impede a votação, simplesmente faz atropelar o processo de votação, porque os membros efetivos da Comissão são os Deputados Carlos Brito, Roberto Nunes, que está licenciado, Benedito Pinto, que está licenciado, Eliene e Joaquim Sucena. V. Ex^a chamou dois suplentes e já havia chamado o terceiro suplente, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. ELIENE - Mas foi porque, naquele momento, o Deputado Carlos Brito se encontrava em reunião na sala anexa, agora está de corpo presente, e se V. Ex^a quiser eu dispenso o voto de um daqueles convocados e passo a colher o voto do Deputado Carlos Brito... Mas já foi feita a votação e falta a votação de V. Ex^a.

O SR. JOAQUIM SUCENA (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Isto posto, Sr. Presidente, quero dizer que se trata efetivamente de um projeto que na sua constitucionalidade, na sua legalidade, nada deixa a desejar. É realmente uma iniciativa do Governo do Estado a sua apresentação, e dentro daquilo a que realmente ele se propõe, atende as necessidades do Instituto, para a sua plena ação e fiscalização. É uma das coisas realmente favoráveis, para que em nosso Estado nós possamos ter não só as medidas controladas, mas principalmente adotarmos medidas que venham a ser, primeiro, confiáveis; e, segundo, que punam aqueles que falsificam ou que modificam a qualidade dos produtos ou mesmo a pesagem desses produtos. Desta forma, deixo o meu voto favorável à tramitação do Projeto.

O SR. ELIENE - Portanto, aprovado por unanimidade, Sr. Presidente. Devolvo o Projeto a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2^a discussão.

(A SR^a DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu peço desculpas aos Srs. Deputados, mas anunciada a votação, não tem mais jeito de voltar atrás.

Em 1^a discussão, Projeto de Lei nº 62/00, de autoria do Deputado Riva, que altera dispositivo da Lei nº 7.226, de 22.12.99, que cria no quadro de pessoal da administração pública direta os cargos que menciona.

Convoco o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Carlos Brito, para emitir Parecer oral em Plenário.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, convoco os membros da Comissão de Constituição e Justiça para apreciarem a matéria em tela, Projeto de Lei nº 62/00, de autoria do Deputado Riva, que altera dispositivo da Lei nº 7.226, de 22.12.99, que cria no quadro de pessoal da administração pública direta os cargos que menciona.

Pela leitura do Projeto, Sr. Presidente, nós defendemos aqui que o autor quer garantir que aqueles que, até o momento, atuaram como conciliadores do PROCON há mais de três anos, sejam também considerados habilitados a prestar o concurso público ao lado daqueles que têm nível superior. Acho procedente o Projeto, uma vez que, se eles foram competentes para, até o momento, tocar as atividades do órgão, devem sê-lo para continuar fazendo, principalmente considerando que a sua permanência ou não, não será garantida com a aprovação desse Projeto - não é o Projeto que vai definir, o Projeto somente quer habilitá-los à prestação do concurso público. Esta habilidade, esta competência terá que ser provada e comprovada quando da realização do citado concurso público.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Portanto, a matéria não está revestida de qualquer privilégio a seus eventuais beneficiários, ao contrário, quer fazer justiça no sentido de dar a oportunidade para que os atuais conciliadores do PROCON possam prestar o referido concurso público em igualdade de condições com aqueles que o Projeto original determina.

Portanto, com essas considerações, entendendo ser a matéria regimental, constitucional e legalmente compatível, sou de Parecer favorável à sua tramitação e aprovação. Este é o meu voto, Sr. Presidente.

Passemos à coleta de votos: Deputado Joaquim Sucena...

O SR. JOAQUIM SUCENA (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente, ouvindo atentamente o voto de V. Ex^a, devo com ele concordar, tendo em vista que se trata de uma alteração que permitirá àqueles que têm mais de três anos de inscrição como conciliadores a participação, que possam participar do concurso público para a sua efetivação. Quanto à sua juridicidade e constitucionalidade, nós entendemos que ele deverá ter a sua tramitação dentro da normalidade, tendo em vista que vai apenas fazer com que, ao se convocar o concurso público, possam ter aqueles que lá já estão participando como conciliadores a oportunidade de sua efetivação. Isto posto, voto favoravelmente à tramitação do Projeto.

O SR. CARLOS BRITO - O Deputado Joaquim Sucena vota com o Relator. Deputado Eliene (COM O RELATOR), Deputado Alencar Soares (COM O RELATOR).

Portanto, Sr. Presidente, com quatro votos favoráveis, aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça a referida matéria.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão o Parecer...

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, solicito a palavra, discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Gilney Viana...(PAUSA)

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, desisto da discussão.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2^a discussão.

Em 1^a discussão, em regime de urgência urgentíssima, Projeto de Lei nº 32/00, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a base de cálculo estabelecida no art. 2º da Lei nº 7.256, de 12/01/00, e dá outras providências.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Carlos Brito, que reúna a mesma em plenário para emitir Parecer à referida matéria.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, trata-se de matéria de origem do Tribunal de Justiça, Projeto de Lei nº 32/00, que altera a base de cálculo estabelecida no art. 2º da Lei nº 7.256, de 12/01/00, e dá outras providências.

Sr. Presidente, trata esta matéria do que discutíamos em relação aos Oficiais de Justiça de Mato Grosso... Eu entendo da necessidade de a Comissão de Constituição e Justiça avaliar a questão com a categoria. Eu solicito a V. Ex^a, sem desejar complicar o trâmite da matéria e entendendo a preocupação do Tribunal de Justiça, mas não podemos deixar de dar atenção à categoria, que tivesse a compreensão da Mesa Diretora no sentido de transferirmos esta votação para a Sessão noturna, para que tivéssemos o tempo hábil.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Defiro o pedido de V. Ex^a.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero parabenizar o Deputado Carlos Brito pela postura madura para conduzir o processo. Eu acho que os encaminhamentos têm que ser assim. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

Antes, porém, solicito ao Deputado Eliene que assuma a direção dos trabalhos - eu peço a compreensão do Deputado Gilney Viana, porque eu tenho uma reunião na Presidência com o Diretor-Presidente do INTERMAT.

(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:27 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o nobre Deputado Gilney Viana.

O Sr. Humberto Bosaipo - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu estou vendo os Deputados saírem do Plenário, e eu quero fazer um Requerimento oral, depois vou passar a listagem, para que V. Ex^a convoque uma Sessão Extraordinária, após esta, e eu peço à Assessoria e ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho que colham as assinaturas, para que nós possamos votar na Comissão de mérito o Projeto do IMMEQ, agora pela manhã. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Deferido, nobre Deputado.

Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados:

Eu gostaria de abordar dois acontecimentos que são correlatos e que guardam uma conexão de ordem ideológica, não factual. O primeiro acontecimento é o Parlamento Amazônico e o segundo acontecimento é a Audiência Popular sobre a Hidrovia Araguaia-Tocantins. A conexão ideológica subjetiva entre os dois é que tanto lá quanto cá existe um discurso contra ONGs, ideologizando uma polêmica e enviesando de uma forma falsa, eu diria, que não tem correspondência com a realidade. Como não tem correspondência com a realidade, Srs. Deputados?

Eu vou aqui citar um exemplo: alguns Deputados que falam contra as ONGs, eles mesmos dizem: "Olha, Deputado Gilney Viana, estão convidando aqui o Prefeito de Guarantã do Norte, Sr. Lutero Siqueira da Silva, para o lançamento do Protocolo Municipal sobre fogo e meio ambiente". Tudo bem, eu até estou propenso a ir lá. Agora, quem é que fez o Protocolo? Quem sabe? Foi uma ONG internacional chamada Amigos da Terra, com a parceria de uma ONG mato-grossense que se chama ICV. Quer dizer, Senhores, uma ONG é boa para fazer uma coisa, mas não é boa para outras; ela é ruim quando é internacional, quando recebe fundos internacionais para fazer uma determinada ação no Brasil contra a hidrovia, mas é boa para assessorar o Prefeito de Guarantã do Norte. Não é somente esse Prefeito, são vários que estão no arco do desmatamento da Amazônia, que são objeto dessa assessoria.

Com isso eu vou direto ao assunto de que é literalmente de uma comicidade muito forte, particularmente: trazer o Senador histriônico lá do Estado do Amazonas, o Sr. Gilberto Mestrinho, que foi Governador por três vezes do Estado, um verdadeiro cacique - não um cacique indígena, mas um cacique de branco, que é da pior espécie porque ele não tem os méritos que, normalmente, os caciques têm nos povos indígenas. E ele vitupera, ele deblatera, ele urra, grita, esperneia contra todas as ONGs internacionais. Mas - é gozado! - esse mesmo Senhor, esse mesmo Senador, ele não vitupera, não grita, não esperneia, não urra quando o PPG7 determina o que é feito no seu Estado, quando o FMI determina o que o Presidente da República tem que fazer no Brasil, quando

o Banco Mundial impõe condicionalidades ambientais - repito: condicionalidades ambientais - para o Estado do Amazonas e para toda a Amazônia! Ou seja, quem é mais imperialista, mais estrangeiro, mais globalista do que o FMI e o Banco Mundial?

Ora, Senhores, isso é brincadeira! É uma forma enviesada, eu diria, intelectualmente inadequada, para não usar um termo mais pesado - não falei com respeito aos nobres Pares. Então, vejam bem, eu agregaria, nobre Líder do Governo, V. Ex^a está fazendo coro a Gilberto Mestrinho, a Jonas Pinheiro e a outros que estão gritando contra as ONGs, a FAMATO...

Hoje, numa audiência na FAMATO, promovida pela Comissão Mista do Congresso Nacional que examina as operações no Código Florestal, o discurso na audiência sobre o Código Florestal é o seguinte: isso é objeto ou pretensão de ONGs estrangeiras ou de gente que fala em nome dos agricultores americanos ou agricultores europeus, que não querem que progrida a agricultura do Brasil, especialmente da Amazônia.

O mesmo discurso foi feito lá em São Félix do Araguaia e também no Hotel Eldorado, com fatos aparentemente desconexos, mas estão conectados com a força ideológica que acha que progresso é desmatar, é queimar, é romper as margens dos rios, é desrespeitar as populações ribeirinhas, é não preservar as nossas riquezas naturais. E eles escolhem as ONGs - e aí eu quero falar para os Srs. Deputados, particularmente para o Líder do Governo -, porque as ONGs, o Presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso e sua Sr^a, Dona Ruth, que é Antropóloga ...

O Sr. Rene Barbour - Concede-me uma aparte, Deputado Gilney?

O SR. GILNEY VIANA - Logo a seguir, Deputado Rene Barbour.

Eles compreenderam que as ONGs são instrumentos de fazer políticas públicas também. E a Dona Ruth e o Presidente da República - e eu era Deputado Federal naquela ocasião - insistiram, impuseram, jogaram o peso do Palácio do Planalto, porque se tem alguém aqui que não sabe, deveria saber qual é o peso, porque se os Senhores sabem aqui qual é o peso do Palácio Paiaguás aqui na Assembléia, imaginem o peso do Palácio do Planalto lá no Congresso Nacional... Eles jogaram o peso para aprovar uma lei chamada "Lei do Terceiro Setor". Sabe para quê? Exatamente para legalizar, institucionalizar a funcionalidade das organizações não governamentais para a execução de políticas públicas, e, pasmem Senhores, particularmente aqueles que gostam do Sr. Fernando Henrique Cardoso, com o dinheiro público, com dinheiro orçamentado, com dinheiro de execução orçamentária!

Então, Senhores, não venham com essa história de que a Esquerda está negando o seu programa, o seu ideário, quando uma nova realidade foi criada no mundo, e a própria Direita travestida de social democrata reconhece isso e institucionaliza a intervenção das organizações não governamentais no Brasil. E é por isso que o Prefeito de Guarantã nos convida para... Aqui está em português, mas tem o nome em inglês também... Senhores, os Amigos da Terra, *Friends of Earth* - desculpem o meu inglês, que não é dos melhores, eu estudei lá em Barbacena -, mas todo mundo conhece o *Friends of Earth*, são os Amigos da Terra...

Pois bem, lá no Araguaia, onde o Deputado Humberto Bosaipo reina e onde nós não podemos contraditá-lo, especialmente de frente, mas lá em São Félix do Araguaia, onde o Deputado Baú manda, mas é preciso falar com o Prefeito Osley, porque estão muito preocupados com a candidatura do Baú; então, lá no Araguaia, nós reunimos, sob a liderança da prelaia de São Félix do Araguaia e de várias ONGs, eu diria...

O Sr. Rene Barbour - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GILNEY VIANA - Logo termino e dou a palavra a V. Ex^a, porque V. Ex^a tem mais direito do que eu aqui, como Líder do Governo, ou melhor, não tem mais direito, mas usa mais da tribuna do que eu.

...então, olha aqui, Sr. Deputado, esse painel de especialistas independentes foi feito

por pessoas tecnicamente competentes. É gente que trabalhou no IPEA, que é o Instituto de Pesquisas Aplicadas do Ministério do Planejamento, é o que assessora o Presidente da República. É gente que trabalhou no melhor banco regional, que era o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. É gente que assessora também - quando necessário - os Ministros da República para tomarem decisões relevantes de políticas públicas, inclusive da Amazônia, de hidrovia e tudo.

Então, Sr. Deputado, esse relatório mostra claramente que uma ONG...

O Sr. Rene Barbour (DE SUA BANCADA) - Deputado Gilney Viana, antigamente as Esquerdas eram mais democráticas...

O SR. GILNEY VIANA - Eu concordo com V. Ex^a, porque antigamente as Esquerdas eram mais ingênuas e sempre preocupadas com a opinião da Direita, elas ficavam sempre dando a palavra para a Direita, e a Direita tinha o poder econômico e político, e inclusive o poder de ludibriar o povo. É por isso que nós estamos ficando mais espertos.

Então, aqui está a FEBRAC, Fundação do Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural, que elaborou isso. Agora, se os Senhores não querem isso... Não é ONG, não! A UNEMAT não é ONG. É aquela Universidade que todos nós defendemos e que fez um relatório, contratando também um consultor, que é o professor Carlos Valter Porto Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que mostra claramente que o EIA/RIMA feito - e, em princípio, aceito pelo IBAMA - é adulterado. E aí é que está o "x" da questão. Ele foi adulterado, e foi denunciada a adulteração, e é por isso que as audiências públicas foram suspensas. Sabem quem entrou na Justiça para defender os direitos? Uma ONG, um instituto socioambiental de Brasília...

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho (DE SUA BANCADA) - Que ganha doze mil reais por mês!

O SR. GILNEY VIANA - Que ganha dinheiro! Um técnico competente deve ganhar bem mesmo, assim como um Deputado aqui ganha bem.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho (DE SUA BANCADA) - Só se for V. Ex^a...

O SR. GILNEY VIANA - Eu ganho bem, porque na Universidade eu ganhava R\$800,00 e produzia o que tinha de melhor intelectualmente, e aqui eu procuro fazê-lo, ganhando R\$6.000,00, além das vantagens de ter assessorias e, eventualmente, carros para viajar.

Então, a UNEMAT produziu, com os mesmos resultados, um relatório alternativo. Ou seja, então, paremos com essa história de ONGs, e paremos principalmente de ONGs estrangeiras, porque nós estamos diante de um fato...

O SR. PRESIDENTE (ELIENE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao orador que restam três minutos para encerrar o seu tempo.

O SR. GILNEY VIANA - Eu agradeço a V. Ex^a.

Essa é uma histeria que não tem nenhuma base objetiva. Eu estou mostrando que as ONGs trabalham, fazem políticas públicas, propostas...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex^a me concede um aparte, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Nos três minutos restantes não é permitido aparte, Deputado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Só para eu fazer uma observação. Eu queria chamar o Deputado Wilson Teixeira Dentinho para debater aqui na tribuna. Eu acho que seria interessante. Muito obrigado.

O SR. GILNEY VIANA - Restaurando a minha palavra, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqueles que falam da ONG, o que eles fazem? Inclusive o Gilberto Mestrinho, o Gilberto Miranda - que a Dona Nicéa Pitta sabe como é que é a maracutaia dele lá em São Paulo, se ela soubesse a maracutaia dele na SUFRAMA e na Zona Franca, ela estaria arrepiada... Não, ela não voltava de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Nova Iorque para o Brasil. E esses mesmos senhores, inclusive aqueles Deputados predadores lá em Roraima, sabe o que eles fizeram? Particularmente, Deputado Humberto Bosaipo, olha na sua pastinha do Parlamento Amazônico, V. Ex^{as} vão ver que eles contrataram uma ONG para fazer o discurso contra outra ONG. Está aqui: “Roraima no centro da internacionalização da Amazônia - Movimento Solidário Ibero-americano - MSIS”. É uma ONG da Direita, contratada pelos latifundiários, pelos proprietários, por aqueles que perseguem os índios lá de Roraima, que são assalariados deles. Tudo bem, eu não estou contra essa ONG fazer esse parecer, eu sou contra a hipocrisia de achar que o cidadão tecnicamente competente não possa fazer nada, de ser titular, de estar a serviço do capital estrangeiro. Aí ele pôs um outro trabalho: “*Green Peace*, tropa de choque do Governo mundial - Movimento de Solidariedade Ibero-americano - MSIS”.

Ora, Srs. Deputados, nós estamos diante de um atestado de falsa ideologia. Aqueles que combatem as ONGs contratam uma outra ONG para fazer o discurso, porque não têm coragem de colocar nas suas próprias bocas. Muito obrigado.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, eu gostaria que o Deputado Zé Carlos do Pátio falasse em nome do PMDB, porque em nome do PT fala o Deputado Gilney Viana e a Deputada Serys Shlessarenko.

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, pela Liderança, o nobre Deputado Rene Barbour.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Aguarde a sua vez, o Deputado Rene Barbour...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu fui citado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Depois V. Ex^a responde.

Com a palavra, pela Liderança, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PT teria que nos trazer uma fórmula para aumentar a fronteira agrícola mato-grossense sem haver desmatamento de cerrado. Talvez o Deputado Gilney Viana consiga um segundo andar para a agricultura de Mato Grosso, porque eu não sei como é que se expande uma fronteira agrícola sem ferir o cerrado. O cerrado que cria lagarto verde, seriema, e que o agricultor transforma em soja, proteína, divisas para o País. Não dá para entender mais essa Esquerda, Deputado. Nós estamos com o discurso da Esquerda hoje, do desenvolvimento, da criação de empregos, da criação de recursos.

Sr. Presidente, vem aqui o Tribunal de Justiça e diz que tem que se criar mais comarcas e aumentar o número de desembargadores. Vem aqui a Procuradoria da Justiça, que diz que tem que se criar mais cargos de promotores. A população urge pelo aumento e melhoria da malha viária em Mato Grosso, exige que a segurança se aperfeiçoe e que aumente o efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil.

O Deputado Gilney Viana deve ter uma fórmula para criar todas essas Despesas sem Receita. Isso é um verdadeiro absurdo! Esse fanatismo ecológico que vocês estão trazendo para cá, comandado por esses bandidos das ONGs internacionais, que estão intervindo no País, que querem internacionalizar a Amazônia quebrando a soberania nacional.

Está aqui um documento, Srs. Deputados, em que o Governo da Itália está financiando - e ainda escreve nesse documento - uma movimentação no Baixo Araguaia a respeito de derrubada de mata e talvez de hidrovias, porque a burrice de alguns contesta a navegação fluvial, que é

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

a maneira barata, a única maneira do Brasil competir com os outros países produtores de grãos. Seria uma maneira de atingirmos os outros países num custo mais barato. Isso é um absurdo! Vai ser um absurdo conviver com um sistema como esse!

Estão entregando o País, Sr. Presidente. Estão entregando o País! É preciso uma reação e é essa reação que o próprio Parlamento Amazônico está tomando.

Deputado Gilney Viana, fazer discurso é muito fácil. Eu quero saber como é que V.Ex^a faz para aumentarmos a nossa exportação de carne bovina, se nós não derrubarmos a mata. Por que essas ONGs não recomendam aos Estados Unidos e aos Países da Europa, os Países industrializados, que recomponham as suas terras e florestas? Ela vêm aqui fazer pressão para nós recompormos as nossas margens dos riachos e cabeceiras, que nem necessidade há. Por que não transformam as terras de soja do grande produtor de soja, que são os Estados Unidos, em florestas? E por que quando as suas florestas plantadas atingem 25% de diâmetro eles mandam para serrarias para transformar em madeira?

Ora, estão querendo fazer o Brasil de capacho, Deputado Gilney Viana! V. Ex^a também está sendo iludido...

O Sr. Gilney Viana - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RENE BARBOUR - Eu sou democrata e vou ceder o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Gilney Viana - Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, e eu gosto de V. Ex^a por causa disso, porque V. Ex^a - como disse o Deputado Wilson Teixeira Dentinho - é da Direita, mas é de uma Direita democrática, esclarecida.

Então, eu acho o seguinte, Deputado Rene Barbour, a Amazônia tem 55 milhões de hectares já desmatados, isso dá para alimentar cinco vezes a população do Brasil! Só para o Senhor ter uma noção, Mato Grosso tem a maior produção de soja do Brasil este ano, nesta safra de 1999/2000. Sabe quantos hectares foram cortados? Dois milhões e meio de hectares para produzir sete milhões de toneladas, ou seja, existe essa comparação entre o que é necessário para se fazer a produção, tem que ser feito racionalmente... Se nós produzirmos 50 milhões de hectares de soja, vai alimentar o mundo de não só seis bilhões que existe hoje, mas outros seis bilhões. Então, nós temos terra suficiente para isso.

O que não existe, Deputado Rene Barbour, e V. Ex^a sabe, é produtividade, porque o cidadão desmata e põe uma pata – uma pata – de boi por hectare, sendo que essa rentabilidade, essa lucratividade se extrai com a floresta em pé, por gerações e gerações, só de madeira, sem cortar essências que poderiam ter outras finalidades. Com isso, Deputado, eu quero dizer ao Senhor que há alternativa, há alternativas! E outra, as ONGs, eu não tenho procuração para defender ONG, não, e não conheço todas as ONGs, eu acho que tem ONG picareta mesmo, tem ONG picareta!... Tinha ONG que nós vimos que estava fazendo biopirataria lá no Acre...

O SR. RENE BARBOUR – Ainda bem que V. Ex^a reconhece.

O Sr. Gilney Viana – Eu reconheço...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Gilney Viana - ...Agora, o Senhor não pode generalizar, porque essas ONGs que o Senhor está falando são as mesmas que assessoram o Governo de V. Ex^a, particularmente o Fernando Henrique Cardoso!

O SR. RENE BARBOUR - Está aqui uma, Deputado Gilney Viana, eu não sei se se é picareta, mas é financiada pelo Governo da Itália...

(O SR. DEPUTADO GILNEY FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. RENE BARBOUR – Deputado Gilney Viana, a sua teoria... V. Ex^a é um grande economista, V. Ex^a acha que nós vamos produzir só para comer? Como é que se importa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

petróleo? Como é que nós vamos importar os ingredientes de adubo, de inseticida, de coisas que nós não temos no País? Nós temos que expandir a nossa economia. V. Ex^a está raciocinando em termos provincianos. Produzir para comer? Ainda que fosse para comer, mas, e a população não cresce, Deputado Gilney Viana? Nós não temos que compartilhar o crescimento da população com o aumento da produção? Ainda que nesta teoria simplista de V. Ex^a, de que temos que produzir para comer, nós teríamos que produzir para esses brasileiros que estão nascendo - a nossa população está explodindo, Deputado Gilney Viana. Nós não aceitamos isso definitivamente, essa teoria boba, burra, "antibrasil", de que V. Ex^a é um dos que abraça.

Se necessário, volte a esta tribuna, Sr. Deputado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Quero registrar a presença, em nossas galerias, do Professor da Escola Técnica Federal Lauro Leocárdio e do Diretor-Geral daquela escola, que também é candidato a candidato a Vice-Prefeito na chapa do Prefeito Roberto França (RISOS NO PLENÁRIO).

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, nós estamos solicitando a palavra pela Ordem, primeiro, para dizer ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho que o lugar de debater é aqui na tribuna, não é lá na cadeira, onde ele debate e se esconde atrás do toco - ele tem que vir para a tribuna debater.

Em segundo lugar, eu estou aqui dizendo que nosso Projeto de Lei de iniciativa popular virou realidade. Todo dia eu recebo abaixo-assinado de um município. Hoje chegou de Primavera do Leste um Vereador, que nos encaminhou um abaixo-assinado de Primavera do Leste; ontem chegou de uma liderança humilde, um cidadão que vem cumprindo o seu dever de civismo, de cidadania, de Santa Carmem. E todo dia é assim... Nós já temos dez mil assinaturas. Daqui a uns dias, pela primeira vez na história da Assembléia Legislativa o povo estará apresentando um Projeto de Lei de iniciativa popular. Um projeto do povo, não é projeto do Deputado "a", "b" ou "c", não! Será um projeto do povo, que será entregue ao Presidente da Assembléia Legislativa em um carrinho de mão, porque não dá para carregar no braço...

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - V. Ex^a me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...e vai ser um Projeto...

O SR. PRESIDENTE (ELIENE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu gostaria de recomendar ao nobre Deputado Zé Carlos do Pátio...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra nas Explicações Pessoais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - No uso da palavra pela Ordem, V. Ex^a está fazendo referência a um Projeto...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Então, como o próximo inscrito é o Deputado Baú, depois do Deputado Baú eu quero me inscrever.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Estou esperando o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio para nós debatermos.

Qual é o assunto, Deputado? Qual é o assunto para nós debatermos? Qualquer assunto que V. Ex^a quiser, são três palitos...

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a não deixasse prosperar essa forma de debate entre os dois Parlamentares, porque eu tenho interesse em ouvir o Deputado Baú, que é da nossa região, com relação à questão da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

Eu peço a compreensão do Deputado Wilson Teixeira Dentinho e do Deputado Zé Carlos do Pátio para que dêem a nós do Araguaia esse tempo, até para que possamos debater com o Deputado Gilney Viana, que tem um ponto de vista com relação à hidrovia e esta Bancada tem outro ponto de vista. Esse debate é muito salutar, porque nos preocupa muito a região do Araguaia.

Eu gostaria que V. Ex^a mantivesse a ordem de inscrição nas Explicações Pessoais, e o Deputado Baú está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o Deputado Baú, que dispõe de dez minutos.

O SR. BAÚ - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, realmente não poderíamos deixar de participar desta tribuna, principalmente quando vem à baila um assunto importante, que é a nossa região.

Eu quero aqui fazer coro aos Deputados do Araguaia - Deputado Alencar Soares, Deputado Humberto Bosaipo e Deputado Wilmar Peres -, que já estiveram nesta tribuna defendendo os interesses da região, e também, por último, o Deputado Rene Barbour, que tem defendido de uma maneira muito positiva os interesses da nossa região.

Nós queremos falar aqui não como técnico, mas como testemunha ocular, que vivencia os problemas do Baixo Araguaia. Eu moro em São Félix do Araguaia há vinte anos e me considero um pioneiro naquela região. Nós temos uma grande preocupação com o futuro da nossa região. Nas décadas de 70 e 80 nossa região teve um surto de desenvolvimento e depois esse desenvolvimento acabou - o Deputado Gilney Viana falou aqui do Dom Pedro Casaldáliga, e me parece que há um movimento orquestrado naquela região que tolhe o nosso desenvolvimento. Da década de 80 para cá, ao invés de a nossa região avançar, ela regrediu. E é uma região muito rica de terras, uma região que tem tudo para se desenvolver. Nós podemos, ali, ser uma nova frente, uma região de grande produtividade, já temos um rebanho de gado muito grande, e podemos ser muito fortes na agricultura, mas para isso nós precisamos escoar essa produção.

A hidrovia, está provado, é um meio de transporte ecologicamente correto. A hidrovia está lá! O rio está lá! O Rio Araguaia, como diz o Deputado Alencar, já é navegável há muitos anos. Então, eu discordo do ponto de vista do Deputado Gilney Viana, quando ele apresenta aqueles relatórios bonitos, coloridos. Eu acho que a nossa hidrovia está sendo discutida, essas ONGs... Realmente, pode ter as suas ONGs positivas, que defendem causas positivas, mas eu tenho a impressão de que aquilo ali é uma defesa política, não técnica. Eu moro ali e sei, muitas vezes as pessoas vão dar uma volta de canoa pelo Rio Araguaia, ou passam de avião e fazem um relatório muito bonito.

Agora, o povo da região sabe: nós queremos a hidrovia. E esse movimento orquestrado contra o nosso progresso é financiado de alguma forma. Realmente, a nossa Prelazia tem atrasado a região. Hoje, o próprio povo da região tem contestado essa liderança que Dom Pedro Casaldáliga se arvora ter ali - ele é muito conhecido internacionalmente, talvez nacionalmente, mas lá na base não é bem assim.

Eu sei que o Deputado Gilney Viana esteve lá e houve uma contestação forte daquela posição, daquele movimento orquestrado pela Prelazia...

O Sr. Wilmar Peres - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. BAÚ - Perfeitamente, Deputado Wilmar Peres.

O Sr. Wilmar Peres - Eu quero usar da palavra para me congratular com V. Ex^a, porque aquela região está, realmente, a depender de vias de escoamento. O produtor não tem ido mais

para lá, porque não tem como escoar. O frete é caríssimo para que sua mercadoria chegue até os portos de embarque, como o de Santos ou outro porto. Então, nós só temos essa alternativa.

Agora, o que estamos percebendo, conforme o próprio Deputado Gilney Viana falou hoje aqui, é que há uma iniciativa muito grande por parte dos inimigos da hidrovia, por parte das pessoas que rechaçam a idéia da hidrovia - agora, recentemente, comandados por Dom Pedro Casaldáliga os trabalhos -, exatamente porque as autoridades responsáveis pela hidrovia não estão atuando. E está embargada na Justiça Federal qualquer audiência pública a respeito da Hidrovia Araguaia-Tocantins, por quê? Não existe um órgão claramente definido em nível de Estado para cuidar desse trabalho de monitoração dos interesses dessa hidrovia. Existe na área federal o Ministério dos Transportes, que quer a hidrovia, no entanto o IBAMA segura o processo há mais de ano no seu escritório de Brasília, que é o Projeto de Impacto Ambiental do Rio Araguaia, produzido pela Universidade Federal do Pará, e uma ONG, que fez um projeto de impacto ambiental paralelo, ou um monitoramento, ou uma auditoria no projeto da Universidade, colocou defeito nesse projeto ambiental.

No entanto, a empresa encarregada da navegação no Araguaia, que é uma empresa do Ministério dos Transportes, encomendou um estudo na USP, que é uma instituição credenciada, reconhecida como competente, para avaliar esse Projeto de Impacto Ambiental. E a USP ratificou todo o trabalho da Universidade de Belém. No entanto, quem está atuando diuturnamente são aqueles que são contra a hidrovia, e eles conseguiram na Justiça Federal que se embargasse a continuidade das audiências públicas nesse sentido...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Wilmar Peres - ...Então, eu quero deixar bem claro, Sr. Presidente, que é preciso que o Governo do Estado tome uma decisão enérgica a respeito disso, para contribuir com o desenvolvimento daquela região, no sentido de dinamizar o andamento da hidrovia Araguaia-Tocantins. Era isso.

O Sr. Túlio Fontes - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. BAÚ - Perfeitamente, Deputado.

O Sr. Túlio Fontes - Eu quero apenas parabenizá-lo pelas palavras e cumprimentar também os Deputados Wilmar Peres e Rene Barbour pelas palavras em favor das hidrovias.

Como cacerense - a cidade de Cáceres tem às margens, nós vivemos às margens do Rio Paraguai -, nós sabemos da importância desse meio de transportes. Todos nós sabemos também que o Brasil teve um desenvolvimento pautado em cima de rodovias, que é o segundo transporte mais caro que existe, só perde para o transporte aéreo. E para as nossas regiões, seja do Araguaia, seja a região de Cáceres, onde inclusive o Município de Cáceres é um município, vamos dizer assim, um município-mãe, de onde se emanciparam dezoito novos municípios... Quer dizer, nós perdemos áreas férteis, ficamos com murraria e com área de pantanal, e essa questão de hidrovia, para nós, é fundamental, a hidrovia Paraguai-Paraná, assim como a hidrovia do Araguaia é importante para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. E a questão ambiental, logicamente, todos nós temos a preocupação com ela.

Eu tenho certeza de que todos aqui nesta Casa cuidam e pensam com todo o carinho na questão ambiental, agora, nós não podemos fazer dessa questão ambiental um empecilho, uma barreira para que a nossa gente não tenha melhores condições de vida e desenvolvimento - e a produção não será realizada, se não tivermos o devido escoamento.

Então, a hidrovia é importante, e eu quero aqui, mais uma vez, parabenizar a palavra do Senhor e dos outros colegas Deputados, dizendo aos Senhores que o caminho da hidrovia, sem

dúvida alguma, é uma das soluções dentro do transporte multimodal, que inclusive o Governo do Estado vem desempenhando. Muito obrigado.

O SR. BAÚ - Eu agradeço ao Deputado Wilmar Peres e ao Deputado Túlio Fontes pelos apartes.

E, complementando nossas palavras, o que eu quero dizer para os nobres companheiros aqui, como morador daquela região, é que nós ficamos tristes e preocupados com o nosso futuro. Nós ficamos muito tristes quando vemos a desmotivação dos homens de iniciativa e do povo daquela região. A grande esperança nossa é justamente a hidrovia, a Estrada-parque da Ilha do Bananal, e nós temos feito tudo, lutado para conquistar essa hidrovia, porque as pessoas que vivem aqui na Capital e em outros lugares, para eles é fácil chegar ali e falar, mas nós que vivemos ali, isolados...

Nós também não queremos a destruição do Rio Araguaia, das nossas belezas, mas será que a nossa engenharia, já entrando no século XXI, com novas tecnologias, será que vamos destruir o Rio Araguaia? Nós não queremos isso. Pelas informações técnicas que nós temos, não é o rio que se adapta à barcaça, é a barcaça que se adapta ao rio. E essa hidrovia, ficou claro que ela será sazonal, durante as cheias do Araguaia. Ela não vai prejudicar - outro dia um Deputado disse aqui que uma barcaça dessa faz menos marola do que um *jet ski*, e é verdade, porque elas têm passado por lá.

Então, nós esperamos a compreensão dos nossos companheiros. É um debate apaixonante e nós devemos continuar defendendo a hidrovia Araguaia-Tocantins, porque ela tem muitos inimigos. Nós não sabemos de onde vem essa orquestração tão forte, com despesas violentas!... Eu vejo pessoas ali do mundo inteiro, aviões sobrevoando por ali, e alguém está financiando isso. Eu vejo a Prelazia de São Félix... É uma igreja tão diferente... Ela não recolhe nem o dízimo das pessoas e tem dinheiro, é carro zero-quilômetro, são voadeiras, é tudo. Então, alguém está financiando, Deputado Rene Barbour - o Governo da Itália, nós sabemos que tem verba internacional.

Agora, qual é o interesse no Vale do Araguaia? Nós podemos ser fortes na agricultura irrigada... O exemplo está ali, o Projeto Formoso do outro lado, com 25 mil hectares de lavoura irrigada. Então, nós temos um potencial tremendo, basta nós lutarmos contra esses inimigos que se apresentam. E o povo da região clama pelo apoio dos nobres Deputados, para essa discussão não se esvaziar, para nós continuarmos defendendo a nossa hidrovia, porque ela será a redenção do Baixo Araguaia e do Médio Araguaia. Por isso, ficam aqui as minhas palavras de agradecimento a todos pela oportunidade. Muito obrigado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu acabei de comunicar à Mesa que havia recebido um ofício de Primavera do Leste e de Vera, um abaixo-assinado, e acabou de chegar agora um de Colíder. Vejam, está tudo documentado, para mostrar para V.Ex^{as}. Eu estou satisfeito, porque vários municípios do Estado estão cumprindo seu dever de cidadania, seus deveres civis, e estão mandando os abaixo-assinados, está aqui - acabou de chegar de Colíder agora.

Então, nós estamos muito satisfeitos com a mobilização pelo Projeto de Lei de iniciativa popular para reduzir o imposto de energia elétrica. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Ainda nas Explicações Pessoais, com a palavra a Deputada Serys Shessarenko (AUSENTE). Não há mais oradores inscritos nas Explicações Pessoais.

Compareceram à presente Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Carlos Brito, Alencar Soares, Baú, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour e Wilson Teixeira Dentinho; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Joaquim Sucena e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Moisés Feltrin; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio e Silval Barbosa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shlessarenko; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Eliene (PSB), Hermínio J. Barreto (PL), Humberto Bosaipo (PPS), Wilmar Peres (PPS) e Túlio Fontes (PSDB).

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados Nilson Leitão (EM MISSÃO OFICIAL), do PSDB; Emanuel Pinheiro e Moacir Pires, do PFL; e Romoaldo Júnior (PPS), do Bloco Parlamentar Socialista.

Convoco os Srs. Deputados para uma Sessão Extraordinária, requerida oralmente, para as 11:10 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.

Conferida por Regina Céli Arruda